

**ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

PROJETO DE LEI Nº 76/22
LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 03/05/2022

TERESINA, 02 DE MAIO DE 2022

Reconhece de Utilidade Pública, SOS Resgate Manancial - ONG, com sede e foro no município de Coivaras -PI e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade Pública, SOS Resgate Manancial – ONG, com sede e foro na Zona Rural, comunidade Duvidosa , S/N, Coivaras – PI.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, 02 de Maio de 2022


MARDEN MENEZES

Dep. Estadual /Progressistas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.408.135/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/05/2016
NOME EMPRESARIAL PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SOS RESGATE MANANCIAL - ONG	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente 85.11-2-00 - Educação infantil - creche 85.99-6-03 - Treinamento em informática 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO COM DUVIDOSA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 64.335-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO COIVARAS
UF PI		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ASACONTABILIDADE@YAHOO.COM.BR	TELEFONE (86) 3262-2489	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/05/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/04/2022** às **10:19:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

19221531/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL

OU

CNPJ: 25.408.135/0001-11

Certidão emitida em: 19/04/2022, às 10:24:56 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 19221531

Código de Validação: OFF4 F238 E8E9 4D3C 7E84 65B4 F98D 8C81

Data da Atualização: 19/04/2022, às 01:56:05



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.

19/04/2022

Código de Validação: OFF4 F238 E8E9 4D3C 7E84 65B4 F98D 8C81

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	25.408.135/0001-11
NOME EMPRESARIAL:	PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/04/2022 às 10:20 (data e hora de Brasília).

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	25.408.135/0001-11
NOME EMPRESARIAL:	PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 19/04/2022 às 10:20 (data e hora de Brasília).



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 19/04/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANTONIA FERREIRA DA SILVA
199.047.203-63

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/04/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.EGAK.NPR8.EP5C.E3PV.OEAM**

***** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)

1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 19/04/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS

183.288.143-15

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/04/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.6614.95YZ.9CG4.06WY.XFRJ**

***** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 19/04/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

OSMIR PEDROSO DE MORAIS
063.735.878-35

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 19/04/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.9JK5.GZQK.H144.51YG.K92P**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)

1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 19/04/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARIA DE JESUS ALVES DA SILVA

033.075.983-33

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.


Emitida gratuitamente pela internet em: 19/04/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.UNCP.FOIF.QK8E.NJNS.M6XI**

***** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CNS:07.788-3 - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ALTOS
Tabelião: JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA
CNPJ: 07.217.573/0001-10 - Fone: (86) 3262.1149
Rua Domingos Félix do Monte, 1972, CENTRO, CEP:64290000, ALTOS-PI

PROTOCOLO DE RECEPÇÃO

Tipo de Atendimento	Nº Protocolo
Orçamento	 2021.05.206

Certifico usando das atribuições que me são conferidas por Lei e a requerimento verbal e/ou por escrito de pessoa interessada que foi solicitado neste Cartório o serviço constando os dados abaixo descritos resumidamente para os devidos fins.

Data / Hora 11/05/2021 08:55:58	Interessado MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS	CPF/CNPJ 183.288.143-15
Assunto: REGISTRO DE ATA	Encaminhado para PROTOCOLO GERAL	Base de Cálculo 0,00
E-mail	Telefone para contato 000	Perícia/Entrega 11/05/2021 08:55:58
Anotação REGISTRO DE ATA RESGASTE CHACARA MANANCIAL		

EMOLUMENTOS E/OU CUSTAS PREVISTAS								
Ato: REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA SEM VALOR DECLARADO Vínculo: 1								
Código TJ	Serviço	Qte	Valor	Ferrojupi	Selo	ISS	FMMP	Total
87	Abertura de Protocolo -	1	10,07	2,01	0,00	0,00	0,25	12,33
83	Arquivamento de documentos -	1	10,07	2,01	0,26	0,00	0,25	12,59
82	Elaboração de petição, requerimentos e declarações(primeira folha) -	1	48,85	9,77	0,00	0,00	1,22	59,84
85	Rasas -	60	14,40	3,00	0,00	0,00	0,60	18,00
60	Registro de títulos, contratos ou documentos sem valor financeiro -	1	59,92	11,98	0,26	0,00	1,50	73,66

Obs.: Valores sujeito a alterações.

TOTAL GERAL: 176,42

OP nº

ALTOS-PI, 11/05/2021



ANTONIA ELIZABETE DOS SANTOS
ESCREVENTE

86 / 994444 - 2026

PAGO
Em 11/05/2021




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL
DE REGISTRO GERAL DE ALTOS / PI
JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA
TABELIÃO PÚBLICO

1ª Serventia
Extrajudicial de
Registro Geral
de Altos - PI
CNPJ: 07.217.573/0001-10

JB

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIFICO, que às fls. 106 e 107F, do Livro nº A-3 de Registro de Pessoas Jurídicas, sob nº 234, em data de 11 de maio de 2021, foi Registrada uma **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DO PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL**, realizada no dia 17.04.2021 em **COIVARAS-PI**. Registro de títulos, contratos ou documentos sem valor financeiro: R\$ 59,92 - FERMOJUPI: R\$ 11,98 - FMMP/PI: R\$ 1,50 - Selo: R\$ 0,26 Arquivamento de documentos: R\$ 10,07 - FERMOJUPI: R\$ 2,01 - FMMP/PI: R\$ 0,25 - Selo: R\$ 0,26 Abertura de Protocolo: R\$ 10,07 - FERMOJUPI: R\$ 2,01 - FMMP/PI: R\$ 0,25.

Altos (PI), 11 de maio de 2021.

mariaom

João Batista Nunes de Sousa

Tabelião Público

Maria Aparecida Ribeiro de Silva
Escrevente Autorizada



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DO PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, INSCRITA NO CNPJ 25.408.135/0001-11.

Projeto Resgate Chácara Manancial, localizada na Comunidade Duvidosa, s/n, Zona Rural do Município de Coivaras, sob o CNPJ nº 25.408.135/0001-11, pessoa jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos. Às dez horas do dia 17 do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, com a participação dos membros abaixo assinados através do aplicativo Google Meet, tendo em vista o contexto atual de pandemia instalado há mais de um ano em função da COVID19 e sem previsão de controle. Essa doença tem obrigado à tomada de medidas de isolamento social regulamentado em decretos de Estado de calamidade em âmbitos municipal e estadual, atendendo à convocação de entidade, reunidos os membros que compõem a Assembleia Geral, nos termos do Estatuto em vigor, com a finalidade de deliberarem acerca da Eleição e Posse da Diretoria Administrativa do Projeto Resgate Chácara Manancial para o quadrienio de 17 de abril de 2021 a 17 de abril de 2025. Estavam presentes Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, denominada presidente do Projeto Resgate Chacara Manancial, com mandato de 2015 a 2035, conforme consta em estatuto, Maria de Jesus Alves da Silva, Osmir Pedroso de Moraes, Antonia Ferreira da Silva, Iniciando a Assembleia com a partilha entre os membros presentes a presidente lamenta o ano de paralização de 2020 em decorrência da pandemia e da não formação de diretoria legalmente constituída, mais reintera a sempre dedicada participação de todos na causa e na instituição independente de suas titularidades regularizadas, e que tal ato se faz necessario para formaliza e dar mais legitimidade a missão da Insituição. Após constatar o quorum estabelecido no Estatuto Social vigente, a presidente Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, declarou regularmente instalada a Assembléia Geral e dando atendimento à ordem do dia, esclareceu sobre as funções dos membros da Associação e, em seguida, os presentes foram convidados a candidatarem-se aos cargos. Sendo formada apenas Chapa unica para concorrer à atual gestão da Diretoria Admininstrativa, quadrienio. Todos os candidatos apresentaram-se, a Assembléia entrou em deliberação pelo tempo necessário para debate e estudo cuidadoso dos nomes apresentados, em seguida ocorreu à eleição que elegeu a nova Diretoria Administrativa por unanimidade pelos membros presentes. A nova Diretoria do Projeto Resgate Chácara Manancial passa a ser composta como segue: Presidente - Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, com mandato até 05/05/2035, conforme estatuto da Instituição, portador do CPF 183.288.143-15, RG 53.936.944-5 SSP/PI, brasileira, casada, Aposentada, Endereço

Maria Quirina

Localidade Duvidosa, S/M Zona Rural, Coivaras/PI - PI, CEP: 64.035-000; Vice-Presidente-
Maria de Jesus Alves da Silva, CPF 033.075.983-33, RG 2.802.750 SSP/PI, brasileira, solteira,
Lavradora, Endereço Localidade Pau Darco, S/N Zona Rural, Altos/PI, CEP 64.260-000;
Tesoureiro - Osmir Pedroso de Moraes, CPF 063.735.878-35, RG 16.883.126-0, brasileiro,
casado, Aposentado, Endereço Localidade Duvidosa, S/M Zona Rural, Coivaras/PI, CEP: 64.035-
000e Secretária - Antonia Ferreira da Silva, CPF 199.047.203-63, RG 377.370 SSP/PI,
brasileira, solteira, Lavradora, Endereço Localidade Montanha, S/N Zona Rural, Altos/PI, CEP:
64.290-000. Concluídos os trabalhos a Presidente comunicou que o mandato da nova Diretoria
composta por ela presidente e pela diretoria administrativa que é composta da vice, tesoureiro
e secretaria, assim como previsto em Estatuto e lavrado em cartório, terá seu início em
26/04/2021 e término em 26/04/2025, ficando os eleitos, desde já empossados. Para encerrar
foi passado a palavra para quem quisesse se manifestar, após as manifestações foi encerrada a
Assembleia Geral e a Presidente agradeceu a todos os presentes e pediu a Deus que
iluminasse e guiasse a todos nesta missão. Nada mais havendo a tratar eu Antonia Ferreira da
Silva lavrei a presente Ata que será assinada pelos membros presentes como sinal de sua
aprovação. Coivaras, 17 de Abril de 2021.

Maria Quirina B. O. P. de Moraes
MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSA DE MORAIS

PRESIDENTE

Maria de Jesus Alves da Silva
MARIA DE JESUS ALVES DA SILVA

VICE-PRESIDENTE

OSMIR PEDROSO DE MORAIS

TESOUREIRO

ANTONIA FERREIRA DA SILVA

SECRETÁRIA

Antonia Ferreira da Silva

CARTÓRIO 2
2º Ofício de
Teresinha de Sousa
Tabeli
Altos-PI

PI CARTÓRIO 2º SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO DE ALTOS/PI
ZE GIL
Av. Francisco Rêgo, 2041-5 - Centro CEP: 64250-000 - Tel: (081) 3222-1515
Teresinha de Sousa Viana - Tabeli

RECONHECO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE MARIA QUIRINA BATISTA
DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS, OSMIR PEDROSO DE MORAIS e
ANTONIA FERREIRA DA SILVA. DOU DE EM TEST. DA
VERDADE. ALTOS-PI 27/04/2021. Selo: ACA 5710-0685
FE15271-N9VU ACA15272-2267 www.fpi.org.br Just. de Paz e Justiça.

ANTONIO JOAQUIM DA SILVA-ESCREVENTE
Selo: 12,48 TJ 2,49 FMP/PI: 0,30 Selo: 0,78 Total: 16,05 - op: 11
ATA DA ASSEMBLEIA

Antonio Joaquim da Silva
Escrivante

EM BRANCO

PI CARTÓRIO 1ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE TABELIONATO DE ALTOS-PI
ZÉ GIL
Av. Francisco Raulino, 2051-B - Centro - CEP: 64260-000 - Tel.: (86) 3252-1915
Teresinha de Sousa Viana - Tabelião

RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE MARIA DE JESUS ALVES DA
SILVA. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.
ALTOS-PI, 11/03/2021. Selo: ACA16375-NFTM
www.tjpi.jus.br/portalextra

ANTONIO JOAQUIM DA SILVA-ESCREVENTE
Emol: 4,16 Ad: 0,87 FIMP/PI: 0,10 Selo: 0,26 Total: 5,35 - CP: 5
ATA DA ASSEMBLEIA

ANTONIO ZÉ GIL
1º Ofício de Notas
Teresinha de Sousa Viana
Tabelião
Altos-PI

Antonio Joaquim da Silva
Escrevente

EM BRANCO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS E
REGISTRO DE IMÓVEIS DE ALTOS-PI
Protocolo nº 233 Fls. 27 Livro A
Registro nº 234 Fls. 106 e 107F
Do livro nº 4-3 de Registro Bens Fundiários
Altos(PI), 11 de maio de 2021
Maria da
João Batista Nunes de Sousa - Tabelião

Marcelo José de Sousa
Escriturário

Mo. Sr. Oficial do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas

ASSUNTO: REQUERIMENTO PARA REGISTRO

A ONG PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, é o nome de fantasia é **SOS RESGATE MANANCIAL**, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, por meio de sua **Presidente Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes**, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, esteticista, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, vem com o devido acato e consideração à presença de V.Senhoria requerer o competente **REGISTRO** e para tanto apresentam os 6 documentos que abaixo seguem:

- 1 - 2 vias da Ata da Assembléia;
- 2 - 2 vias do Estatuto;
- 3 - Lista de presença de todos os membros fundadores;
- 4 - Edital;
- 5 - Carta Convite e;
- 6 - Declaração de não impedimento.

Coivaras - PI, 01 de Setembro de 2015

Maria Quirina B.O.P. de Moraes
Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes
RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15 e;

2º OFÍCIO

9.12



CARTÓRIO JOÃO BATISTA
1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Alto-PI
Av. Francisco Raulino, 2011 A, Centro - CEP: 64.335-000, Tel. (86) 3302-1149

RECEBUELA DE AUTENTICAÇÃO A FIM DE: MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAES, MUL. FL. 01
TESTE EM 01/09/2015, às 10h06 e 11,05/05/2016.
EOL. 10.12.1050,35 361050,10 total: 3,97 (2)

JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA - Tabelião Público
1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Alto-PI
Av. Francisco Raulino, 2011 A, Centro - CEP: 64.335-000, Tel. (86) 3302-1149

1

ESTATUTO SOCIAL DE FUNDAÇÃO DA ONG PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Artigo 46- I, e 54- 1, Lei 10.406/02 e 120- I, Lei 6.015/1973, CF e ONU

Art. 1º - DA NOMINAÇÃO

A denominação ou razão social é **PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL**, é o nome de fantasia é **SOS RESGATE MANANCIAL** e, doravante neste Estatuto denominada de **ONG**. É uma associação filantrópica e social, pessoa jurídica de direito privado, não econômica e sem fins lucrativos.

Art. 2º - DA SEDE

PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, terá sua sede mundial, **matriz** ou **foro** na localidade: Duvidosa s/n, Zona Rural, Município de Coivaras-PI – CEP. 64.335-000, Comarca de Altos-PI. Cadastro do imóvel perante a Receita Federal nº NIRF: 7.918.204-6, e compõe-se de pessoas caridosas em geral. Podendo ter filiais e pontos de SOS e de estudos e conscientização em qualquer parte do território nacional ou outros países e todas estarão subordinadas à matriz. Observando que o local supra é comodato gratuito até conseguir sede própria, pagando apenas água, energia e manutenção.

Artigo 3º - FINS

A **ONG** passa existir para o fim específico de prestar Serviços de Obras Sociais SOS como:

1 - fundar, manter, administrar, assistir social, filantrópica, cultural, educacional e humanitariamente às pessoas carentes e prestar todo tipo de Ação Social (SOS com cestas básicas, sopas, campanha do agasalho, ações humanitárias e sociais, saúde preventiva e educativa e doação de remédios, reinserção social de excluídos, entretenimento, lazer, construção de casas populares para carentes e poços artesianos comunitários, exames, passagens, internamentos, etc.), internatos, externatos, creches, maternidades, asilos, casa para idosos e de recuperação de dependentes químicos;

2 - fundar, manter, administrar, conforme o disposto da Lei de diretrizes e bases de educação nacional e legislação posterior como: Escolas maternal, jardim da infância e de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes de qualquer natureza, para o desenvolvimento cultural e artístico, bem como ensino religioso;

3 - combater o crime, os vícios e a violência (ministrar palestras antidrogas com líderes habilitados no tema, combater o aborto, DST, Apoiar a natureza e meio ambiente, amparar animais, crianças, mulheres e idosos);

4 - prestar assistência moral e de consolo nas entidades civis (hospitais, asilos, escolas etc.), e militares (bases, presídios etc.) de internação coletiva nos termos do artigo 5º, VII da CF.

5 - quando vier a ter clínica para dependentes, para consecução de suas finalidades, criarão instalações físicas diferenciadas de casa de recuperação de dependentes químicos, homens separados de mulheres, e de menores separados de adultos ou idosos. Para auxílio das execuções internas poderá contar com monitor auxiliar, líder e encarregado ou supervisor.

§ 1º - Em tudo obedecerá ao texto oficial da Resolução RDC ANVISA 101/01, aprovado em 30.05.2001 e publicado em Diário Oficial de 31.05.2001 e alterações posteriores.

§ 2º - Terá como parceiros e em tudo obedecerá às regras e determinações dos Conselho Municipal Antidrogas e da Vigilância Sanitária ANVISA.

§ 3º - Seguirá um critério de tratamento com normas para admissão e demissão dos dependentes, direitos e deveres, obedecerá um tempo de permanência e rotinas programadas com afinal graduação, manterá uma equipe de monitor inclusive com enfermeiros, psicólogos, assistentes e médicos e, infra-estrutura física e

2º OFÍCIO
↓
[assinatura]

proposta de ambientes por setores de funcionamento e avaliação mensal dos tratamentos e serviços oferecidos.

§ 4º - Manterá especialmente o método da laborterapia e devocional e, todo interno que não quiser se sujeitar às ordens, disciplinas e regimentos serão advertidos em um dia e, se no outro dia continuar desobedecendo será sumariamente convidado para se retirar do recinto. O interno não poderá sair ou se afastar sem autorização escrita dos monitores e sempre será acompanhado de alguém da diretoria e, enquanto não se completar o ciclo de tratamento e, para as saídas emergenciais ou de força maior deverá ser documentalmente comprovado os motivos que poderá ser ou não deferido.

§ 5º - Todo tratamento de desintoxicação por meio de drogas lícitas oferecido só poderá acontecer se for receitado por médico habilitado. Os internos em crises de abstinências ou toxicômanos deverão ser acompanhados pelo médico especializado periodicamente.

§ 6º - O tratamento de desintoxicação por meio de trabalho físico em oficinas ou intelectual, higienização mental e ocupacional, estudos de reflexão psicológicas, conscientização, prevenção e educação para reinserção social, serão ministrados por monitores práticos e ex-usuários; terapeutas, psicólogos, escritores, educadores, assistentes sociais, médicos, policiais, Ministério Público, autoridades dos 3 poderes, religiosos, integrantes do Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária, Conselho Municipal Antidrogas e pessoas voluntárias de bem em geral.

§ 7º - Além das atividades principais como a casa de recuperação de dependentes químicos, homens separados de mulheres em locais diferentes, ainda para consecução de suas finalidades secundárias, poderá criar também instalações físicas diferenciadas e em locais separados para SOS, abrigo de idosos; creches para menores e, proteção à mulher violentada e outras.

Artigo 4º - TEMPO DE DURAÇÃO

A ONG tem termo ou data inicial no dia da assinatura nesse Estatuto e do registro da Ata e do Estatuto de Fundação em Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas e, com duração indeterminada.

§ Único - A entidade poderá ter regimentos internos, aprovados pela Assembléia Geral, para disciplinar detalhes de seu funcionamento omissos nesse Estatuto.

SEÇÃO ÚNICA **ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES,** **CATEGORIAS, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS** **ARTIGOS 54 - II, III, 55 e 57**

Artigo 5º - ADMISSÃO

A ONG é constituída por número ilimitado de sócios, que serão admitidos através de proposta subscrita por qualquer sócio quite e no pleno gozo de seus direitos com a aprovação da Diretoria, e em Assembléia Geral, por decisão de 1/5 dos presentes, desde que seja pessoa maior, que se dedique em ajudar o próximo, idôneo, sem distinção de espécie humana, raça, posição social, crença ou filiação político-partidária.

Artigo 6º - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

A - São direitos dos associados:

I - Participar das atividades da ONG, tais como reuniões, eventos em geral e ação social;

II - Receber assistência moral e social;

III - Participar da Assembléia Geral, com direito ao uso da palavra e ao exercício do voto, opinar e sugerir;

IV - Ser nomeado para quaisquer cargos ou funções;

V - Qualquer associado membro ou não da Diretoria da ONG, que se exonerar ou for exonerado do seu cargo ou função, não poderá exigir da ONG qualquer direito, pois seus serviços são de caráter social, prestados no espírito de

2º OFÍCIO

[Assinatura]

3
filantropia e solidariedade, como também não cabendo reclamação de devolução de suas contribuições em qualquer época.

VI - Receber carteirinha de identificação e de associado e, os diretores receber a devida credencial.

B - São deveres dos associados:

I - Manter conduta compatível com os princípios sociais, éticos e morais;

II - Contribuir com mensalidades e doações, para que a **ONG** atinja seus objetivos e cumpra sua missão;

III - Fazer visitas e trabalhos sociais e, apresentar convidados às reuniões;

IV - Trabalhar na obra social ou filantrópica da **ONG** em tempo integral aos domingos e feriados e sem remuneração, quando solicitados.

Artigo 7º - CATEGORIA DOS ASSOCIADOS

Os integrantes se classificam em: **1** - associados e **2** - obreiros.

§ Único - Todo final de ano será realizado festividades com outorga de diplomas de honra ao mérito para homenagear associados e obreiros que patrocinaram ou desempenharam brilhantes trabalhos sociais em prol da entidade.

Artigo 8º - DISCIPLINA - DEMISSÃO E EXCLUSÃO

Os associados, indistintamente, estarão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e exclusão.

§ 1º - As disciplinas ou punições são:

1 - Advertência pode ser verbal ou escrita;

2 - Suspensão varia de 30 a 180 dias;

3 - Exclusão da pessoa de categoria de associado sem direito a: palavra, voto ou participar das Assembléias.

a - Toda pessoa excluída poderá depois de um ano requerer reabilitação que será analisado e decidido pela Assembléia Geral e afinal pelo Presidente que defere ou não, ou se será recebido e restabelecido como associado.

§ 2º - Considera-se justa causa:

1 - Desobedecer a artigo do Estatuto;

2 - Praticar conduta Antiética;

3 - Descumprir o Regimento;

4 - Praticar assassinato, furto, roubo, tráfico, vícios, pedofilia e outros crimes;

5 - Abandonar as reuniões;

6 - Ofensa à personalidade e dilapidação do patrimônio da entidade, e poderão responder por crime doloso ou culposos;

§ 3º - O direito de defesa:

1 - O Indiciado é intimado por Correio AR ou edital com período não inferior a 30 dias para a reunião com a Diretoria;

2 - O Indiciado terá um prazo de 30 minutos para se defender oralmente ou apresentar defesa por escrito e testemunhas e, se não comparecer, será julgado a revelia e tido como verdadeiros os fatos imputados;

3 - A instrução será transcrita em livro próprio com oitiva do acusado e do ofendido se for o caso, testemunhas e documentos de acusação e de defesa e, afinal proferida decisão absolvendo ou condenando e, as penas são de advertência, suspensão temporária de cargos, e exclusão do rol de associados.

§ 4º - Nenhuma pessoa poderá ser impedida de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser por decisão do Presidente, decisão da Diretoria ou da Assembléia.

CAPÍTULO II **AS FONTES DE RECURSOS PARA SUA MANUTENÇÃO E PATRIMÔNIO** **ART. 54 - IV**

Artigo 9º - DAS RECEITAS

A **ONG** sobreviverá com doações voluntárias, mensalidades de associados e obreiros que patrocinam, bazares beneficentes com prendas, eventos e promoções de arrecadação, repasses públicos, estaduais, federais e livraria. Rendimentos de

2º OFÍCIO

locação ou de juros bancários. Comissões oriundas de livros e cursos antidrogas e culturais. Podendo os diretores angariarem fundos e doações diversas em outras Comarcas ou estados e até do exterior.

§ Único - PATRIMÔNIO - São todos os bens da Sede e Filiais como imóveis, móveis, semoventes, instrumentos, veículos, caixa ou banco etc., casa assistencial, rádio, televisão, jornal, revista e gráfica, quais deverão serem gravados com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade nas escrituras, notas fiscais ou recibos, para não poder ser vendido ou penhorado em nenhuma hipótese. Também será exercida toda e qualquer prática agrícola em terrenos que a entidade possuir, cujo produto deverá ser distribuído nos departamentos assistenciais ou vendido para reserva do fundo social e cultural da ONG.

CAPÍTULO III **O MODO PELO QUAL SE ADMINISTRA E REPRESENTA A ONG,** **ATIVA E PASSIVAMENTE, JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE**

ART. 120 II E ART. 46 - III

Artigo 10 - DOS ADMINISTRADORES E REPRESENTANTES EM GERAL

Será administrada e representada pela: Assembléia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal, e auxiliada pelos demais Conselhos, Órgãos e Departamentos.

§ 1º - Os principais Departamentos são: Edificações e Obras; Eventos e Comunicação; Rádio e Jornal; Mídia e Internet, Assistência Social; Jurídico; Escola Cultural; Jovens; Senhoras; Crianças e Terceira Idade.

§ 2º - A administração dos negócios da ONG serão exercidas pelo Presidente que responderá ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Os bens particulares dos diretores não respondem pelos débitos e obrigações da ONG.

§ 3º - A Diretoria comporá de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, que exercerão suas funções de acordo com os deveres atribuídos a cada um, descritos nesse Estatuto e no Regimento Interno.

§ 4º - O Presidente tem cargo por prazo 20 anos, e os demais associados da Diretoria serão indicados por ele a cada quatro anos, bem como para os Conselhos, Órgãos e Departamentos.

§ 5º - Para a gerência dos negócios em geral, a Diretoria se reunirá sob a direção e orientação do Presidente.

Artigo 11 - AUSÊNCIA, IMPEDIMENTO OU MORTE DO PRESIDENTE

Em caso de ausência ou impedimento do Presidente da Sede ou das Filiais, o Vice assume a posição e cargo em caráter temporário e, em caso de falecimento o Vice, a partir do óbito já assume a presidência pelo prazo de 15 anos e como primeiro ato é a nomeação de outro para ser seu Vice.

§ Único - Os diretores poderão ser representados por procuradores devidamente habilitados com procuração pública, fins específicos ou gerais.

SEÇÃO ÚNICA **O MODO DE CONSTITUIÇÃO E DE** **FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS**

ART. 54 V

Artigo 12 - DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Os órgãos deliberativos são: 1 - Assembléia Geral; 2 - Diretoria; 3 - Assembléia Extraordinária e; 4 - Conselho Fiscal.

§ 1º - A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á por edital com antecedência de 30 dias e, dia e hora designados, e fica garantido a 1/5 dos associados o direito de promovê-la com requerimento dirigido à Diretoria o Presidente.

§ 2º - A entidade poderá remunerar, a critério da Assembléia Geral, os cargos que atuem efetivamente na gestão executiva da entidade (exceto os membros da diretoria) e aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os

2º OFÍCIO

[Assinatura]

casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Artigo 13 - DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembléia Geral é órgão soberano da instituição, constituída pelos associados fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários, onde reunirá ordinária e anualmente na última semana de cada ano, para resolver assuntos diversos e fechamento do ano letivo e as suas decisões serão tomadas por voto da maioria dos associados presentes. Salvo reeleger diretoria, qual é por nomeação do presidente.

§ Único - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I - eleger o Conselho Fiscal, se antes não for indicado pelo presidente;
- II - destituir os administradores, exceto o presidente;
- III - apreciar recursos contra decisões da diretoria;
- IV - decidir sobre reformas do Estatuto;
- V - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI - decidir sobre a extinção da entidade;
- VII - aprovar ou desaprovar relatórios, balancetes e balanços, cuja convocação será feita de acordo com convocação prévia;
- VIII - aprovar os regimentos internos.

Artigo 14 - DA DIRETORIA

O Presidente tem cargo por tempo de 20 anos e a cada quatro anos nomeia a Diretoria Administrativa composta de: Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, Diretor Social e Diretor de Relações Públicas para mandatos de quatro anos.

§ 1º - Nenhum componente da Diretoria poderá receber salários por quaisquer atividades sociais, administrativas ou burocráticas exercidas. Tudo deverá ser feito em caráter voluntário, filantrópico, humanitário e gratuito, nos termos da Lei nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998.

§ 2º - Os auxiliares que trabalham direto na obra e por tempo integral poderão receber sustento ou ajuda de custo pelas funções humanitárias com valores de acordo com as entradas, esforços, necessidades e dedicações despendidas na obra, mas sem vínculo empregatício e, todos devem ser autorizados pelo Presidente.

§ 3º - Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal serão nomeados pelo presidente ou a critério desse por eleição a cada quatro anos ou por aclamação dentre os sócios presentes, que estejam quites com a tesouraria, conforme este estatuto, por votação simbólica, podendo assim, eleger-se qualquer membro, cujo mandato haja terminado.

A - Compete ao Presidente:

- I - representar a **ONG** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar poderes a um ou mais procuradores;
- II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III - convocar e presidir a Assembléia Geral;
- IV - convocar as reuniões da Diretoria;
- V - contratar funcionários;
- VI - assinar em conjunto com o Tesoureiro os: cheques, ordens de pagamentos, balancetes ou balanços mensais, além de outros documentos que representem obrigações da entidade;
- VII - Assinar e receber com o tesoureiro, doações, subvenções, ou qualquer bem relativo de valor oriundo dos poderes públicos, empresas privadas ou pessoas físicas;
- VIII - Convocar e assinar com o secretário, as atas da Diretoria da Assembléias Geral e Extraordinária, além de outras correspondências da entidade;
- IX - Autorizar as despesas necessárias à manutenção da entidade;
- X - Abrir, rubricar e encerrar os livros da entidade e dar voto de desempate quando necessário.

2º OFÍCIO

B - Compete ao Vice-Presidente:

I - Auxiliar e substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, além de outras atribuições que lhe forem conferidas neste estatuto e regimento.

C - Compete ao Secretário:

I - Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia, lavrando as respectivas Atas;

II - Preparar, assinar e expedir as correspondências a cargo da secretaria, em consonância com o Presidente;

III - Organizar de acordo com a tesouraria, a escrituração geral do patrimônio da entidade e acumular as funções de vice-presidente, em caso de impedimento deste.

D - Compete ao Tesoureiro:

I - arrecadar as mensalidades devidas à entidade e contabilizar as rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;

II - efetuar os pagamentos autorizados pela diretoria;

III - apresentar o balancete anual ao Conselho Fiscal;

IV - apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;

V - apresentar o balanço geral da receita e despesa anual até o dia 31 de cada ano;

VI - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

VII - manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

VIII - assinar, junto ao Presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da entidade.

Artigo 15 - DO DIRETOR SOCIAL

I - desenvolver em consonância com a Diretoria todos e quaisquer tipos de promoções sociais para aquisição de recursos, através de intercâmbios sócio-culturais com outras instituições congêneres;

II - organizar eventos sócio-culturais;

III - coordenar as atividades relacionadas ao apoio às populações carentes, com campanhas realizadas, SOS com cestas básicas, campanha do agasalho, sopas, lazer, ações humanitárias, remédios, alimentos e promoção social;

IV - captar recursos para a manutenção da entidade, de serviços assistenciais, educacionais, culturais, filantrópicas e outros, através do incentivo de contribuição de seus associados, doações, subvenções, contratos, convênios e acordos, sempre com o aval do Presidente.

Artigo 16 - DO DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS

I - desenvolver em consonância com o Diretor Social, todos e quaisquer tipos de promoções sociais;

II - organizar e zelar pelo acervo cultural da entidade;

III - coordenar a realização de entrevistas com os órgãos de comunicação;

IV - elaborar boletim informativo ou outro periódico bem como acompanhar a impressão, distribuição, seleção de textos de divulgação da entidade;

V - elaborar cartazes, banners, outdoors, de eventos que promovam a entidade;

VI - colaborar com a diretoria quando solicitado, elaborando relatório anual dos eventos e atividades da entidade;

VII - representar a entidade na qualidade de porta-voz sob a orientação do presidente.

§ Único - Todos os saldos provenientes das fontes econômicas mencionadas, serão revertidos para o aumento de patrimônio da entidade ou para o fundo de reserva social e cultural, não se permitindo que sejam distribuídos, sob qualquer pretexto aos associados ou dirigentes, e pagamentos efetuados a terceiros por contratos de serviços técnico-profissionais prestados à entidade.

2º OFÍCIO

Carall

Artigo 17 - DO CONSELHO FISCAL

O Presidente nomeará a cada quatro anos, conjuntamente com a eleição ou nomeação da Diretoria e em Assembléia Geral Extraordinária um Conselho Fiscal, constituído no mínimo por três integrantes: Presidente, Relator e Membro, com as seguintes atribuições:

- I - Acompanhar a evolução financeira e o registro contábil;
- II - Examinar e dar parecer sobre os balanços e os balancetes periódicos ou relatórios financeiros, lançamentos de todas as contas e seus recolhimentos oficiais, oferecendo o competente parecer para apreciação da Assembléia Geral;
- III - Recomendar as medidas administrativas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro e aprovar as contas.

CAPÍTULO IV

REFORMA DO ESTATUTO NO TOCANTE À ADMINISTRAÇÃO

ART. 120 III E ART. 46 - IV

Artigo 18 - A REFORMA DO ESTATUTO PARA MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO SERÁ POR ASSEMBLEIA

A - O Estatuto poderá ser reformado por iniciativa do Presidente da Sede ou a requerimento e iniciativa de 1/5 dos seus associados para em dia e hora ser alterado e deverá obter apoio da maioria presente e assinatura final do Presidente.

B - A reforma ou mudança da administração é feita em Assembléia Geral por ato de exoneração, vencimento de gestão ou nomeação através do Presidente.

C - As alterações deste Estatuto não poderão eliminar o cargo de 15 anos do Presidente. O Estatuto será revisto periodicamente em Assembléia Extraordinária.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE DOS ASSOCIADOS

ARTIGOS 46 - V, LEI 10.406/02 E 120 IV - LEI 6.015/73

Artigo 19 - DA RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA E ASSOCIADOS

A Diretoria e os associados não respondem individual, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas por qualquer da diretoria ou do corpo de associados.

§ 1º - Cada diretor tem responsabilidade pessoal pelos seus atos individuais.

§ 2º - O direito personalíssimo de cada associado, Diretor ou outro, não se mistura com a pessoa jurídica e fica totalmente protegido e separado.

§ 3º - As Diretorias e os associados, individualmente, não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações, e não têm direito ao seu patrimônio e receita, bem como a Sede e Filiais não respondem por qualquer obrigação de seus associados.

§ 4º - As Diretorias e Administração ficam pessoalmente obrigadas e responsáveis pelos seus atos e, quando decidido em Assembléia todos ficam obrigados pelos resultados dos atos.

§ 5º - A Administração é exercida por toda diretoria e, quando votada pela Assembléia então exercida por todos votantes presentes.

CAPÍTULO VI

AS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO E, DE EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E NESSE CASO O DESTINO DO SEU PATRIMÔNIO

ART. 120 - V, ART. 46 - VI E ART. 54 - VI

Artigo 20 - CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO, DERROGAÇÃO OU REVOGAÇÃO

Deverá ser por convocação através de edital com antecedência mínima de 30 dias iniciado pelo Presidente e Diretoria, ou por 1/5 dos associados relacionados do livro próprio, em comunhão e quites com a tesouraria no mínimo por seis meses, e, no

2º OFÍCIO

Quarta

dia e hora devem estar presentes o mínimo de 1/5 dos diretores, e dos associados que provocaram a reunião e, em tudo deve conter a assinatura final do Presidente.

Artigo 21 - EXTINÇÃO E DESTINO DOS BENS REMANESCENTES

A ONG somente pode ser extinta em Assembléia Geral Extraordinária e quando não estiver cumprindo, reconhecidamente, as suas finalidades. O edital deve estar assinado pelo Presidente e com 30 dias de antecedência, e em tudo deve conter a assinatura final do Presidente.

§ 1º - Para essa Assembléia Geral Extraordinária deve estar presentes o mínimo de 1/5 dos associados relacionados do livro próprio, e quites com a tesouraria no mínimo por seis meses, ainda 1/5 dos diretores.

§ 2º - No caso de dissolução da entidade, por absoluta impossibilidade de continuar desenvolvendo suas finalidades, a Assembléia que a dissolver terá plenos poderes para, doar os bens remanescentes, com o aval do Presidente, depois que liquidar o passivo, à outras entidades do ramo ou a outra instituição caritativa.

SEÇÃO ÚNICA **A FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA** **E DE APROVAÇÃO DAS CONTAS** **ART. 54 - VII**

Artigo 22 - FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

É por meio de decisões dos Presidentes, Assembléia, Diretoria, Conselho Fiscal e, auxiliado pelos Órgãos, Conselhos e Departamentos.

Artigo 23 - APROVAÇÃO DAS CONTAS

É pelo Conselho Fiscal, que reunirá tantas vezes quantas forem necessárias, para aprovar especialmente as contas de verbas públicas.

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 24 - HINO, BANDEIRA E LOGOMARCA

Serão criados no prazo de até 36 meses, depois de ouvidos os associados em consulta popular e audiência pública, os seus emblemas oficiais de identidade visual ou, imagem corporativa como: Bandeira, Hino e Logomarca.

Artigo 25 - LIVROS OFICIAIS

Manterá em sua secretaria 4 livros para movimentação diária: a) - Livro de Visitantes e Visitas; b) - Livro para rol de associados, com breve histórico e currículo social e familiar e, para registros dos diplomados como benfeitores e beneméritos; c) - Livro **CAIXA DIÁRIO** para registro de Subsídios Públicos, Doações e Mensalidades, com datas e valores das entradas, bem como registro de todas as despesas e saídas com respectivas notas fiscais ou recibos identificados; d) - Livro de **ATAS, ESTATUTO E DOCUMENTOS DIVERSOS**, registrado em cartório, com termo de abertura e termo de encerramento, sendo que a 1ª transcrição é da Ata de Fundação, Elaboração do Estatuto, Eleição e Posse da 1ª Diretoria e, a 2ª transcrição é do próprio Estatuto, depois, alterações da diretoria e no estatuto etc.

Artigo 26 - AVAIS E FIANÇAS

Não podem conceder avais ou fianças ou pedir tais favores a associados. As compras a prazo, cartão débito ou boleto os valores não podem ser superiores às entradas mensais e, não pode assumir quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades e, nem compromissos em longo prazo ou acima da previsão das entradas. Para cheques não pode usar limites especiais ou emitir pré-datado ou cartão crédito. Todos os bens devem ser gravados com cláusulas inalienáveis e impenhoráveis, direto nas escrituras ou notas fiscais.

2º OFÍCIO

[Assinatura]

Artigo 27 - CASOS OMISSOS E VIGÊNCIA

Os casos omissões serão resolvidos com base no Código Civil e outras leis da espécie, bom senso e prática do Presidente e dos demais associados da Diretoria. Este estatuto entra em vigor após a sua aprovação e competente registro. Encerrou com 27 artigos e, abaixo seguem assinaturas da diretoria fundadora, com local e data. O advogado Dr. Omar Silva da Costa OAB-MG.37.456 rubricou em todas as folhas e abaixo assinou:

Coivaras - PI, 01 de Setembro de 2015

Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes. RG 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira. Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP. 64.335-000;

maria quirina B.O.P. de morais

Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG. 914.629 SSP e CPF. 347.928.643-50, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP. 64.335-000;

maria Rita Batista abreu

Secretária: Liana Márcia Batista Abreu, RG. 2.371.411 SSP e CPF. 14.192.453-50, brasileiro, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP. 64.335-000;

LIANA MÁRCIA BATISTA ABREU

Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.880.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP. 64.335-000;

OSMIR PEDROSO DE MORAIS

2º OFÍCIO

Advogado: Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG. 37.456, brasileiro, casado, RG. MG-1.161.087 SSPMG e CPF: 753.530.166-53. Av. 31 nº 2063, centro, Ituiutaba - MG., 38.300-000.

[Assinatura]

[Assinatura]

CARTÓRIO JOÃO BATISTA
1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altos-PI
Av. Francisco Raulino, 2063-A - Centro - CEP: 64300-000 - Tel: (86) 3202-1149

RECONHECIMENTO POR AUTENTICIDADE AS FIRMAS DE FRANCISCA ALBUQUERQUE DA SILVA E MARIA RITA BATISTA ABREU, NÚCLEO TEST. 64.335-000, ALTOS-PI, 01/09/2015.

CARTÓRIO JOÃO BATISTA
1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altos-PI
Av. Francisco Raulino, 2063-A - Centro - CEP: 64300-000 - Tel: (86) 3202-1149

RECONHECIMENTO POR AUTENTICIDADE A FIRMAS DE OSMIR PEDROSO DE MORAIS, NÚCLEO TEST. 64.335-000, ALTOS-PI, 01/09/2015.

CARTÓRIO JOÃO BATISTA
1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altos-PI
Av. Francisco Raulino, 2063-A - Centro - CEP: 64300-000 - Tel: (86) 3202-1149

RECONHECIMENTO POR AUTENTICIDADE A FIRMAS DE LIANA MÁRCIA BATISTA ABREU, NÚCLEO TEST. 64.335-000, ALTOS-PI, 01/09/2015.

SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE ITUIUTABA - ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 22 n.º 471 - Centro - CEP 38300-078 - Fone/Fax: (34) 3261-3906 - Ituiutaba - MG
Tabelião: Marco Antonio V. Marquez de Sá - Substituta: Roberta Marques Ribeiro Alves
e-mail: cartoriodenotasib@terra.com.br

Reconheço por Autêntica a(s) firma(s) abaixo de:
OMAR SILVA DA COSTA *****
Ituiutaba, 10/09/2015 12:09:12 7554

Em Testemunho *[Assinatura]* da verdade.

ROBERTA MARQUES RIBEIRO ALVES
Emol: R\$3,79 Rec: R\$0,23 T.F.J: R\$1,25 Total: R\$5,27

[Assinatura]

1º Ofício de Notas
Selo de Fiscalização e Autenticidade
Nº ANG 006747
Série 099

1º Ofício de Notas
Selo de Fiscalização e Autenticidade
Nº ANG 006748
Série 099

1º Ofício de Notas
Selo de Fiscalização e Autenticidade
Nº ANG 006749
Série 099

Reconheço por Semelhante a assinatura(s) Marina Batista Almeida
 Em testemunho da verdade
 Altos (PI) 05 de maio de 2010
Regina Lira
 Tabelião



CARTÓRIO ZEGIL
 2º Ofício de Notas
 Teresinha de Sousa Viana
 Tabelião
 Altos-PI

Antonio Joaquim da Silva
 Escrevente

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS E
 REGISTRO DE IMÓVEIS DE ALTOS-PI

Protocolo nº 066 Fls. 11 Livro A
 Registro nº 067 Fls. 08510811
 Do livro nº A-2 de Registro Carta de Missão Jurídica
 Altos (PI), 06 de maio de 2010

- ☐ João Batista Nunes de Sousa - Tabelião
- ☒ Gonçala Ferreira da Silva - Tabelião Substitua
- ☐ Agostinho José Ferreira Filho - Escrevente

ATA Nº 01 EM 01-09-2015, DE ASSEMBLEIA PARA FUNDAÇÃO DE UMA ONG COM DENOMINAÇÃO "PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL" NOME DE FANTASIA "SOS RESGATE MANANCIAL", ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA. No primeiro dia do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, às 20 h, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, em atendimento ao EDITAL e em atendimento à CARTA CONVITE emitida para a comunidade ambas no mesmo dia 01.08.2015, reuniu-se um grupo de pessoas caridosas, como comissão fundadora para tomar decisões diversas sobre a fundação e criação de uma ONG social e filantrópica. A senhora **Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes**, deu início a reunião e, nomeou como secretária "ad hoc" **Liana Márcia Batista Abreu**, para redigir a ata e relatar os trabalhos. A Presidente esclareceu a necessidade da criação de uma associação beneficente e sem fins lucrativos, a ser fundada e legalizada para fazer obras sociais na cidade e região. Foi sugerido e aceito por todos a denominação e razão social como sendo **PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL** e o nome de fantasia **SOS RESGATE MANANCIAL**. Elaborados os artigos de um estatuto, foi lido, discutido e colocado em votação e toda a assembleia decidiu pela fundação da ONG e aprovação do Estatuto Social. Então nesse momento a dirigente dos trabalhos declarou fundada a ONG e constituída a Associação por meio do Estatuto com 27 artigos em formatação distinta. Passaram a formar a 1ª diretoria, foi apresentada chapa única da Diretoria Fundadora, a qual ficou assim composta: **Presidente:** Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG.53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000; **Vice-Presidente:** Maria Rita Batista Abreu, RG.914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000; **Secretária:** Liana Márcia Batista Abreu, RG.2.371.411 SSP e CPF. 014.192.453-50, brasileira, micro produtora, Duvidosas/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000 e; **Tesoureiro:** Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.883.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000. Ficou decidido que essa primeira diretoria seria por eleição e as demais seriam por nomeação da presidente, que também passa a ter o poder de destituir e nomear diretores e demais membros do Conselho Fiscal, diretor social e, diretor de relações públicas, quando entender necessário. E se vencido o prazo de 20 anos da gestão da presidente e, se não for nomeado outro para substituí-la, então será considerado prorrogado a gestão e tempo do mandato por prazo indeterminado. Em ato contínuo, ocorreu a eleição e unanimemente foi eleita a Primeira Diretoria, a Presidente com prazo de 20 anos e os demais membros com duração de gestão para quatro anos. O dirigente nessa hora e dia **01.09.2015** se investiu na posse como presidente eleita para terminar em **01.09.2035** e, continuou na direção agora como presidente eleita e empossada e, deu posse aos demais componentes da diretoria para o período de quatro anos a começar nesta data de **01.09.2015** e terminar em **01.09.2019**. Justificou ainda que por falta de associados que tivessem capacidade para ocupar cargos de diretor social, diretor de relações públicas e conselho fiscal, deixava de nomear essas pessoas junto com esta primeira diretoria, mas tão logo aparecessem pessoas com aptidão e perfil seriam nomeados. Agradeceu a todos pela visão humanitária e agradeceu afinal ao Dr. Omar pelo apoio e assistência jurídica e; em conjunto com os

OFÍCIO
Omar

demais diretores fizeram compromisso solene de respeitar o Estatuto no exercício do mandato, bem como a Constituição Federal e as demais Leis do País e, os demais diretores também externaram seus agradecimentos. Por último a Presidente eleita prometeu remeter a Ata e o Estatuto para o devido registro junto ao Cartório competente, e posteriormente para a Receita Federal emitir o CNPJ e afinal Alvará junto à Prefeitura e abertura de conta bancária e, pleitear a utilidade pública municipal e conseguir: subsídio mensal da Prefeitura para cobrir as despesas fixas; verbas para reformas de casas de comunidade, trocar padrões e fiação de bifásico para trifásico. Poço artesiano para consumo próprio e dos associados. Contratar voluntário para ministrar cursos e palestras. Captar junto a laboratórios remédios para com prescrição médica repassar à comunidade. Fazer estrada que vai da capela católica de São Sebastião até as casas que ficaram sem fazer na Duvidosa e colocar iluminação na estrada até a sede da ONG. Contratar a título gratuito e humanitário voluntários da área da saúde para atender as pessoas da comunidade. Inclusão de Sustentabilidade, meio ambiente, reciclagem. Promover doação de roupas, calçados, e donativos em geral incluindo cestas básicas, leite, etc., coletar donativos para as festas Comemorativas (dia das crianças, dia das mães, entrega de Panetones) e aniversário da ONG. Conseguir sinais para internet das empresas TIM, Claro, Vivo ou Oi, para informatização da ONG e para os cursos que serão ministrados. Perfurar cisterna. Conseguir mais computadores para iniciação à informática. Conseguir doação de aparelhos telefônicos celular fixo rural para colocar os computadores para funcionar, e antenas para os celulares rurais fixos. Promover palestra sobre prevenção de doenças e drogas. Conseguir mobiliado e materiais para ministrar de cursos (fogão, geladeira, cadeiras, mesas, caixa de som, TV, DVD, louças, antena parabólica, etc.). Lutar para conseguir transformador para a troca de energia de monofásico para trifásico, para as casas que ainda são monofásicos, bem como os postes de cimento para que haja a troca dos de madeira que ainda existem e fiação. Conseguir ônibus escolar para transporte de estudantes rurais e urbanos. Contratar advogado voluntário para prestar assessoria gratuita a ONG e a comunidade quando necessário. Arrumar um contador voluntário para prestar os serviços de contabilidade para ONG. Caso venha precisar de contratação de funcionários o mesmo terá registro em carteira pela ONG. Conseguir doação de passagens tanto aérea como de ônibus para resolver os assuntos de interesse da ONG e transportadoras voluntárias para levar os donativos. Os gastos financeiros da diretoria para resolver interesse da ONG será por conta da ONG (viagens, refeição e as passagens caso não venha conseguir doação será de responsabilidade da ONG). As taxas, serviços, móveis etc. os quais não conseguir através da doação serão pagos pela a ONG. Fazer bazar de alguns donativos para arrecadação de dinheiro em prol da ONG. É de se ressaltar que a ONG já funciona de fato desde 2004 com festas comemorativas, donativos de roupas e calçados. A ONG também promoverá a doação de materiais de construção para ampliar e reformar a sede, comprar mobiliado e verbas para manutenção e execução dos projetos sociais, ainda construção de piscinas, quadras de esporte, salão para colocação de gabinete dentário, fisioterapia, ambulatório, academia, biblioteca, sala de aula para: computação, para trabalhar com terceira idade, mulheres (mamografia e exames preventivos) crianças, comprar cestas básicas, farmácia e materiais para poços artesianos outros e, depois procurar um deputado estadual para conseguir a utilidade

2º Ofício

pública estadual e um deputado federal para conseguir a utilidade pública federal. Às 21 h, a Presidente eleita deu a reunião por encerrada, na qual eu **Liana Márcia Batista Abreu**, agora secretária eleita, redigi esta ata em duas vias, é fiel ao deliberado em Assembléia desta data e rubrico: LIANA MÁRCIA os contatos serão: Site: www.sosresgatemanancial.com.br/ whatsapp 11 98249-7664 Celulares. (86) 99444-7414; (86) 99467-5611; Email: projetoressgatechacmanancial@hotmail.com, e, todas as folhas foram rubricadas pelo advogado Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG.37.456 e, abaixo assina toda diretoria:

Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG.914.629 SSP e CPF. 347.928.663-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Secretária: Liana Márcia Batista Abreu, RG. 2.371.411 SSP e CPF. 014.192.453-50, brasileiro, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.889.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Advogado: Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG. 37.456, brasileiro, casado, RG. MG-1.161.087 SSPMG e CPF. 753.530.166-53. Av. 31 nº 2063, centro, Ituiutaba-MG e CEP. 38.300-000.

SEGUNDO TABELIONATO DE NOTAS
COMARCA DE ITUIUTABA - ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 22 n.º 471 - Centro - CEP 38300-076 - Fone/Fax: (34) 3261-3906 - Ituiutaba - MG
Tabelião: Marco Antonio V. Marquez de Sá - Substituta: Roberta Marques Ribeiro Alves
e-mail: cartoriodenotasiba@terra.com.br

Reconheço por Autêntica a(s) firma(s) abaixo de:
OMAR SILVA DA COSTA
Ituiutaba, 10/09/2015 12:09:11 4183
Em Testemunho _____ da verdade.

ROBERTA MARQUES RIBEIRO A VES
Emol: R\$3,78 Rec: R\$0,23 T.F.J. R\$1,25 Total: R\$5,27

CARTÓRIO JOÃO BATISTA

1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Afonso - PI
Av. Francisco Raulino, 2001-A - Centro - CEP 64200-000 - Tel. (86) 3202-1149

EDITEI POR AUTENTICIDADE AS FIRMAS DE MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS, MARIA RITA BATISTA ABREU, LIANA MÁRCIA BATISTA ABREU, DOI FE. 014.192.453-50, EM 10/09/2015, 12:09:11, TOTALIZANDO 02 (2) FOLHAS, VALOR DE R\$ 3,78, VALOR DE R\$ 0,23, VALOR DE R\$ 1,25, TOTALIZANDO R\$ 5,27.

CARTÓRIO JOÃO BATISTA

1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Afonso - PI
Av. Francisco Raulino, 2001-A - Centro - CEP 64200-000 - Tel. (86) 3202-1149

EDITEI POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE OSMIR PEDROSO DE MORAIS, DOI FE. 063.735.878-35, EM 10/09/2015, 12:09:11, TOTALIZANDO 01 (1) FOLHA, VALOR DE R\$ 3,78, VALOR DE R\$ 0,23, VALOR DE R\$ 1,25, TOTALIZANDO R\$ 5,27.

DIRETOR DE [] João Batista Nunes de Sousa - Tabelião Público
Lg. Gonçalves Ferreira, de Silva - Tabelião Substituto [] Agostinho José Ferreira Filho - Escrivão

Fiscalização
CONHECIMENTO DE FIRMA
BUI 62469

Reconheço por Semelhança a(s) marcas (s)
Marcia Batista Almeida
 Em testemunho da verdade
 Altos (PI) 05 de maio de 2016
Agostinho José
 Tabelião

Antonio Joaquim da Silva
 Escrevente

Selo de Fiscalização e Autenticação
 Poder Judiciário
 Estado do Piauí
 Alta do Notas
 Registro e Tabelião
 Nº 078640
 Série 097
 AGOSTINHO 2016
 2º Ofício de Notas
 Teresinha de Sousa Viana
 Tabelião
 Altos-PI

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS E
 REGISTRO DE IMÓVEIS DE ALTOS-PI
 Protocolo nº 065 Fis. 11 Livro A
 Registro nº 066 Fis. 083/084
 Do livro nº A-2 de Registro Civil de Pessoas jurídicas
 Altos(PI), 06 de maio de 2016
☐ João Batista Nunes de Sousa - Tabelião
☒ Gonçala Ferreira da Silva - Tabelião Substituto
☒ Agostinho José Ferreira Filho - Escrevente

LISTA DE PRESENÇA

Lista das 4 pessoas que estavam presentes no dia 01.09.2015 as 20 h, (embora a comunidade tenha sido convocada, com o prazo prévio de 30 dias, por EDITAL fixado no endereço da sede e; entregue dezenas de CARTAS CONVITES pessoalmente para os moradores da comunidade) mas apenas 4 pessoas compareceram e participaram da assembleia da fundação ou criação, aprovação do estatuto, eleição e posse da primeira diretoria da ONG, denominada PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, e com o nome de fantasia SOS RESGATE MANANCIAL, no endereço: Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP.64.335-000, como seguem:

Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG.53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Maria Quirina B. O. P. de Moraes

Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG. 914.629 SSP e CPF. 347.926.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Maria Rita Batista Abreu

Secretária: Liana Márcia Batista Abreu, RG. 2.371.411 SSP e CPF. 014.192.453-50, brasileira, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

LIANA MÁRCIA BATISTA ABREU

Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.383.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000;

Osmir

Advogado: Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG.37.456, brasileiro, casado, RG. MG-1.161.087 SSPMG e CPF. 753.530.166-53. Av. 31 nº 2063, centro, Ituiutaba-MG, 38.300-000.



1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Alto-PI
Francisco Raulino, 2067-A - Centro - CEP. 64.330-000 - Tel. (86) 3362-1149
FUNDADO POR AUTENTICIDADE AS FIMES DE MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS, DA VERDADE, RG. 53.936.944-5, CPF. 183.288.143-15, 01/09/2015.

1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Alto-PI
Alfrancisco Raulino, 2067-A - Centro - CEP. 64.330-000 - Tel. (86) 3362-1149
FUNDADO POR AUTENTICIDADE AS FIMES DE MARIA RITA BATISTA ABREU, DA VERDADE, RG. 914.629, CPF. 347.926.643-72, 01/09/2015.



João Batista Nunes de Sousa - Tabelião Público
Rua da Silva - Taboão da Silva - Alto-PI

João Batista Nunes de Sousa - Tabelião Público
Rua da Silva - Taboão da Silva - Alto-PI

1º Ofício

1º Ofício

1º Ofício

1º Ofício

2º Ofício

Recebo por Semelhaça da(s) Marcelo Batista Alves do fô

Em testemunho da verdade
Altos (PI) 05 de maio de 2016

Antonio Joaquim da Silva
Tabelia

Antonio Joaquim da Silva
Escrevente



2º Ofício de Notas
Teresinha de Sousa Viana
Tabela
Altos-PI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A comissão fundadora, composta por um grupo de simpatizantes em serviços e obras sociais, liderado pela Senhora **Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes**, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, desejando criar e fundar uma ONG para prestar trabalhos filantrópicos e caritativos, convoca a todos interessados e simpatizantes, para participarem de uma assembléia que será realizada daqui a 30 dias, ou seja, para o dia 01 de Setembro de 2015, às 20 h em convocação única, no endereço Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, para discussão e aprovação ou não do assunto da pauta que é:

- 1 - Fundação de uma ONG de SOS;
- 2 - Leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social e;
- 3 - Eleição e Posse da 1ª Diretoria.

Antecipadamente, agradece e aguarda.

Coivaras - PI, 01 de Agosto de 2015

Maria Quirina B.O.P. de Moraes
Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes



JB

CARTÓRIO JOÃO BATISTA

1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altos-PI
 Av. Francisco Raulino, 2061-A - Centro - CEP: 64290-000 - Tel.: (86) 3262-1149

RECONHECIMENTO DE AUTENTICIDADE A FIRMA DE MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS, DOU FE. 81 TEST. DA VERACIDADE, ALTOS-PI, 05/05/2016.

Emol. 3,32 IO: 0,35 Selo: 0,10 Total: 3,97 (2)

☐ João Batista Nunes de Sousa - Tabelião Público
☒ Gonçalves Ferreira da Silva - Tabelião Substituto ☐ Agostinho José Ferreira Filho - Escrevente

2º OFÍCIO

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Nós abaixo assinados – **Presidente:** Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, esteticista, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000 e; **Vice-Presidente:** Maria Rita Batista Abreu, RG.914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, da associação civil da ONG PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, e o nome de fantasia é SOS RESGATE MANANCIAL, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, declaramos sob penas da lei que não estamos impedidos de exercer a administração da entidade supra, pois não termos condenação criminal.

Coivaras - PI, 01 de Setembro de 2015.

Maria Quirina B.O.P.d.Moraes

Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes,
RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15 e;

Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu,
RG. 914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72.

maria rita batista abreu



CARTA CONVITE

A comissão fundadora, composta por um grupo de simpatizantes em serviços e obras sociais, liderado pela Senhora **Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes**, RG.53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, desejando criar e fundar uma ONG para prestar trabalhos filantrópicos e caritativos, por meio da presente, *para atender o artigo 2º, inciso "V" da Lei 9.790/99 que veda reconhecimento de OSCIP a entidade com círculo restrito de associados*, divulgar a presente **CARTA CONVITE** reproduzida em dezenas de impressos em mala direta, distribuída pessoalmente a todos os membros da comunidade, convidando, para participarem de uma assembleia que será realizada daqui a 30 dias, ou seja, para o dia 01 de Setembro de 2015, às 20 h em convocação única, no endereço Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, para discussão e aprovação ou não do assunto da pauta que é:

- 1 - Fundação de uma ONG de SOS;
- 2 - Leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social e;
- 3 - Eleição e Posse da 1ª Diretoria.

Antecipadamente, agradece e aguarda.

Coivaras - PI, 01 de Agosto de 2015

Maria Quirina B.O.P. de Moraes
Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes

2º OFÍCIO



CARTÓRIO JOÃO BATISTA
 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altos-PI
 Av. Francisco Buarque, 2081-A - Centro - CEP: 64200-000 - Tel: (86) 3262-1149
RECONHECIMENTO DE AUTENTICIDADE A FIM DE MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAES, 01 DE SET. DE 2015, EM COIVARAS - PI, 01/05/2016.
 Em 13, 32 13:00, 35 Selo: 0,10 Total: 3,97 (2)

COFICIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMOVEIS DE ALTOS-PI
 Tabelião Público do Estado do Piauí
 Gonzaga Ferreira da Silva - Tabelião Substituto
 Agostinho José Ferreira Filho - Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO
DE IMÓVEIS DE ALTOS / PI
JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA
TABELIÃO PÚBLICO
GONÇALA FERREIRA DA SILVA
TABELIÃ SUBSTITUTA

1º Ofício

Altos | PI
Registro de Imóveis
Serviço Notarial e Protesto
CNPJ: 07.217.573/0001-10

JB
1º OFÍCIO DE NOTAS

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que revendo neste Cartório o livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas nº A-2, às folhas 083 a 084, sob nº 066, encontrei o seguinte: **LIVRO Nº A-2. REGISTRO Nº 066.** Registro de uma Ata apresentada Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, do teor seguinte: ATA Nº 01 EM 01-09-2015, DE ASSEMBLEIA PARA FUNDACAO DE UMA ONG COM DENOMINAÇÃO "PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL" NOME DE FANTASIA "SOS RESGATE MANANCIAL", ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA PRIMEIRA DIRETORIA. No primeiro dia do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, às 20 h, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000, em atendimento ao EDITAL e em atendimento à CARTA CONVITE emitida para a comunidade ambas no mesmo dia 01.08.2015, reuniu-se um grupo de pessoas caridosas, como comissão fundadora para tomar decisões diversas sobre a fundação e criação de uma ONG social e filantrópica. A senhora Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, deu início a reunião e, nomeou como secretária "ad hoc" Liana Márcia Batista Abreu, para redigir a ata e relatar os trabalhos. A Presidente esclareceu a necessidade da criação de uma associação beneficente e sem fins lucrativos, a ser fundada e legalizada para fazer obras sociais na cidade e região. Foi sugerido e aceito por todos a denominação e razão social como sendo PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL e o nome de fantasia SOS RESGATE MANANCIAL. Elaborados os artigos de um estatuto, foi lido, discutido e colocado em votação e toda a assembleia decidiu pela fundação da ONG e aprovação do Estatuto Social. Então nesse momento a dirigente dos trabalhos declarou fundada a ONG e constituída a Associação por meio do Estatuto com 27 artigos em formatação distinta. Passaram a formar a 1ª diretoria, foi apresentada chapa única da Diretoria Fundadora, a qual ficou assim composta: Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG.53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000; Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG.914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000; Secretaria: Liana Márcia Batista Abreu, RG.2.371.411 SSP e CPF. 014.192.453-50, brasileira, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000 e; Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.883.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335-000. Ficou decidido que essa primeira diretoria seria por eleição e as demais seriam por nomeação da presidente, que também passa a ter o poder de destituir e nomear diretores e demais membros do Conselho Fiscal, diretor social e, diretor de relações públicas, quando entender necessário. E se vencido o prazo de 20 anos da gestão da presidente e, se não for nomeado outro para substituí-la, então será considerado prorrogado a gestão e tempo do mandato por prazo indeterminado. Em ato contínuo, ocorreu a eleição e unanimemente foi eleita a Primeira Diretoria, a Presidente com prazo de 20 anos e os demais membros com duração de gestão para quatro anos. O dirigente nessa hora e dia 01.09.2015 se investiu na posse como presidente eleita para terminar em 01.09.2035 e, continuou na direção agora como presidente eleita e empossada e, deu posse aos demais componentes da diretoria para o período de quatro anos a começar nesta data de 01.09.2015 terminar em 01.09.2019. Justificou ainda que por falta de associados que tivessem capacidade para ocupar cargos de diretor social, diretor de relações públicas e conselho fiscal, deixava de nomear essas pessoas junto com essa primeira diretoria, mas tão logo aparecessem pessoas com aptidão e perfil, seriam nomeados. Agradeceu a todos pela visão humanitária e; agradeceu afinal ao Dr. Omar pelo apoio e assistência jurídica e; em conjunto com os demais diretores fizeram compromisso solene de respeitar o Estatuto no exercício do mandato, bem como a Constituição Federal e as demais Leis do País e, os demais diretores também externaram seus agradecimentos. Por último a Presidente eleita prometeu remeter a Ata e o Estatuto para o devido registro junto ao Cartório competente, e posteriormente para a Receita Federal emitir o CNPJ e afinal Alvará junto à

50

Prefeitura e abertura de conta bancária e, pleitear a utilidade pública municipal e conseguir: subsídio mensal da Prefeitura para cobrir as despesas fixas; verbas para reformas de casas de comunidade, trocar padrões e fiação de bifásico para trifásico. Poço artesiano para consumo próprio e dos associados. Contratar voluntário para ministrar cursos e palestras. Captar junto a laboratórios remédios para com prescrição médica repassar à comunidade. Fazer estrada que vai da capela católica de São Sebastião até as casas que ficaram sem fazer na Duvidosa e colocar iluminação na estrada até a sede da ONG. Contratar a título gratuito e humanitário voluntários da área da saúde para atender as pessoas da comunidade. Inclusão de Sustentabilidade, meio ambiente, reciclagem. Promover doação de roupas, calçados, e donativos em geral incluindo cestas básicas, leite, etc., coletar donativos para as festas Comemorativas (dia das crianças, dia das mães, entrega de Panetones) e aniversário da ONG. Conseguir sinais para internet das empresas TIM, Claro, Vivo ou Oi, para informatização da ONG e para os cursos que serão ministrados. Perfurar cisterna. Conseguir mais computadores para iniciação à informática. Conseguir doação de aparelhos telefônicos celular fixo rural para colocar as computadores para funcionar, e antenas para as celulares rurais fixos. Promover palestra sobre prevenção de doenças e drogas. Conseguir mobiliado e materiais para ministrar de cursos (fogão, geladeira, cadeiras mesas, caixa de som, TV, DVD, louças, antena parabólica, etc.). Lutar para conseguir transformador para a troca de energia de monofásico para trifásico, para as casas que ainda são monofásicos, bem como os postes de cimento para que haja a troca dos de madeira que ainda existem e fiação. Conseguir ônibus escolar para transporte de estudantes rurais e urbanas. Contratar advogado voluntário para prestar assessoria gratuita a ONG e a comunidade quando necessário. Arrumar um contador voluntário para prestar os serviços de contabilidade para ONG. Caso venha precisar de contratação de funcionários o mesmo terá registro em carteira pela ONG. Conseguir doação de passagens tanto aérea como de ônibus para resolver os assuntos de interesse da ONG e transportadoras voluntárias para levar os donativos. Os gastos financeiros da diretoria para resolver interesse da ONG será par conta da ONG (viagens, refeição e as passagens caso não venha conseguir doação será de responsabilidade da ONG). As taxas, serviços, móveis etc. os quais não conseguir através da doação serão pagos pela a ONG. Fazer bazar de alguns donativos para arrecadação de dinheiro em prol da ONG. E de se ressaltar que a ONG já funciona de fato desde 2004 com festas comemorativas, donativos de roupas e calçados. A ONG também promoverá a doação de materiais de construção para ampliar e reformar a sede, comprar mobiliada e verbas para manutenção e execução dos projetos sociais, ainda construção de piscinas, quadras de esporte, salão para colocação de gabinete dentário, fisioterapia, ambulatório, academia, biblioteca, sala de aula para: computação, para trabalhar com terceira idade, mulheres (mamografia e exames preventivos), crianças, comprar cestas básicas, farmácia e materiais para poços artesanais e outros e, depois procurar um deputado estadual para conseguir a utilidade pública estadual e um deputado federal para conseguir a utilidade pública federal. às 21 h, a Presidente eleita deu a reunião por encerrada, na qual eu Liana Márcia Batista Abreu, agora secretária eleita, redigi esta ata em duas vias, é fiel ao deliberado em Assembléia desta data e rubrico: Liana Márcia os contatos serão: Site: www.sosresgatemanancial.com.br/ whatsapp 11 98249-7664 Celulares. (86) 99444-7414; (86) 99467-5611; Email: projetoegatechacmanancial@hotmail.com, e, todas as folhas foram rubricadas pelo advogado Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG.37.456 e, abaixo assina toda diretoria: Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI e CEP. 64.335000; a) Maria Quirina B. O.P. de Moraes. Vice Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG.914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP 64.335-000, a) Maria Rita Batista Abreu. Secretária: Liana Márcia Batista Abreu, RG. 2.371.411 SSP e CPF 014.192.453-50, brasileiro, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP 64.335-000. a) Liana Márcia Batista Abreu. Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.883.126-0 SSP e CPF 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP 64.335-000, a) Osmir Pedroso de Moraes. Advogado: Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG. 37.456, brasileiro, casado, RG. MG-1.161.087 SSPMG e CPF. 735.530.166-53. Av. 31 nº 2063, centro, Ituiutaba-MG e CEP. 38.300-000, a) Omar Silva da Costa. Firmas reconhecidas neste cartório, no Segundo Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba-MG e no Cartório do 2º Ofício desta Comarca. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO. A**

comissão fundadora composta por um grupo de simpatizantes em serviços e obras sociais, liderado pela senhora Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras -PI e CEP. 64.335-000, desejando criar e fundar uma ONG para prestar trabalhos filantrópicos e caritativos, convoca a todos interessados e simpatizantes, para participarem de uma assembléia que será realizada daqui a 30 dias, ou seja, para o dia 01 de Setembro de 2015, às 20 h em convocação única, no endereço Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, para discussão e aprovação ou não do assunto da pauta que é: 1- Fundação de uma ONG de SOS; 2- Leitura, discussão e aprovação do Estatuto social e; 3- eleição e Posse da 1ª Diretoria. Antecipadamente, agradece e aguarda. Coivaras-PI, 01 de agosto de 2015. A) Maria Quirina B.O.P. de Moraes. Firma reconhecida neste cartório. **CARTA CONVITE.** A comissão fundadora composta por um grupo de simpatizantes em serviços e obras sociais, liderado pela Senhora Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras -PI e CEP. 64.335-000, desejando criar e fundar uma ONG para prestar trabalhos filantrópicos e caritativos, por meio da presente, para atender o artigo 2º, inciso "V" da Lei 9.790/99 que veda reconhecimento de OSCIP e entidade com círculo restrito de associados, divulgar a presente CARTA CONVITE reproduzida em dezenas de impressos em mala direta, distribuída pessoalmente a todos os membros da comunidade, convidando, para participarem de uma assembléia que será realizada daqui a 30 dias, ou seja, para o dia 01 de Setembro de 2015, às 20 h em convocação única, no endereço Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, para discussão e aprovação ou não do assunto da pauta que é: 1- Fundação de uma ONG de SOS; 2- Leitura, discussão e aprovação do Estatuto Social e; 3- eleição e Posse da 1ª Diretoria. Antecipadamente, agradece e aguarda. Coivaras-PI, 01 de agosto de 2015. a) Maria Quirina B.O.P. de Moraes. Firma reconhecida neste cartório. **DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO.** Nós abaixo assinados - Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF 183.288.143-15, brasileira, casada, esteticista, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras -PI e CEP. 64.335-000 e; Vice Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG. 914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, da associação civil da ONG PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, e o nome de fantasia é SOS RESGATE MANANCIAL, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, declaramos sob as penas da lei, que não estamos impedidos de exercer a administração da entidade supra, pois não temos condenação criminal. Coivaras-PI, 01 de Setembro de 2015. Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, a) Maria Quirina B.P. de Moraes, Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG. 914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, a) Maria Rita Batista Abreu. Firmas reconhecidas neste cartório e no cartório do 2º Ofício desta Comarca. **LISTA DE PRESENÇA.** Lista das 4 pessoas que estavam presentes no dia 01.09.2015 as 20 h, (embora a comunidade tenha sido convocada, com o prazo prévio de 30 dias, por EDITAL fixado no endereço da sede e entregue dezenas de CARTAS CONVITES pessoalmente para os moradores da comunidade) mas apenas 4 pessoas compareceram e participaram da assembléia da fundação ou criação, aprovação do estatuto, eleição e posse da primeira diretoria da ONG, denominada PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, e com o nome de fantasia SOS RESGATE MANANCIAL, no endereço: Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, como seguem: Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000. a) Maria Quirina B.P. de Moraes, Vice-Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG. 914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, a) Maria Rita Batista Abreu. Secretária: Liana Márcia Batista Abreu, RG. 2.371.411 SSP e CPF. 014.192.453-50, brasileira, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, A) Liana Márcia Batista Abreu. Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG 16.883.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural,

Coivaras-PI e CEP. 64.335-000, a) Osmir Pedroso de Moraes. Advogado: Dr. Omar Silva da Costa - OAB-MG. 37.456, brasileiro, casado, RG. MG-1.161.087 SSPMG e CPF.753.530.166-53. Av. 31 nº 2063, centro, Ituitaba-MG., 38.300-000, a) Omar Silva da Costa. Firmas reconhecidas neste cartório e no cartório do 2º Ofício desta Comarca. Era o que se continha em dito instrumento que bem e fielmente para aqui mandei digitar, conferi, me reporto e dou fé. Emolumentos: R\$ 49,01, Fermojupe R\$ 4,90, arquivamento R\$ 8,16, Fermojupe R\$ 0,82, selos R\$ 0,20. Eu, Gonçala Ferreira da Silva (Gonçala Ferreira da Silva), Oficial do Registro Substituta, a conferi, subscrevo, dato e assino. Emolumentos da certidão: R\$ 16,34, selo R\$ 0,10, Fermojupe R\$ 1,63. O referido é verdade e dou fé. Eu, Gonçala Ferreira da Silva (Gonçala Ferreira da Silva), Oficial do Registro Substituta, a conferi, subscrevo, dato e assino.

Altos, 06 de maio de 2016

Gonçala Ferreira da Silva
Tabelli Substituta





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO
DE IMÓVEIS DE ALTOS / PI
JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA
TABELIÃO PÚBLICO
GONÇALA FERREIRA DA SILVA
TABELIÃ SUBSTITUTA

1º Ofício

Altos | PI
Registro de Imóveis
Serviço Notarial e Protesto
CNPJ: 07.217.573/0001-10

JB
1º OFÍCIO DE NOTAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração; II - efetuar os pagamentos autorizados pela diretoria; III - apresentar a balancete anual ao Conselho Fiscal; IV - apresentar o relatório financeiro para ser submetido a Assembléia Geral; V - apresentar o balanço geral da receita e despesa anual até o dia 31 de cada ano; VI - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria; VII - manter todo o numerário em estabelecimento de crédito; VIII - assinar, junto ao Presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da entidade. Artigo 15- DO DIRETOR SOCIAL I - desenvolver em consonância com a Diretoria todos e quaisquer tipos de promoções sociais para aquisição de recursos, através de intercâmbios sócio -culturais com outras instituições congêneres; II - organizar eventos sócio-culturais; III - coordenar as atividades relacionadas ao apoio às populações carentes, com campanhas realizadas, SOS com cestas básicas, campanha do agasalho, sopas, lazer, ações humanitárias, remédios, alimentos e promoção social; IV - captar recursos para a manutenção da entidade, de serviços assistenciais, educacionais, culturais, filantrópicas e outros, através do incentivo de contribuição de seus associados, doações, subvenções, contratos, convênios e acordos, sempre com a aval do Presidente. Artigo 16- DO DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS I- desenvolver em consonância com o Diretor Social, todos e quaisquer tipos de promoções sociais; II - organizar e zelar pelo acervo cultural da entidade; III - coordenar a realização de entrevistas com os órgãos de comunicação; IV - elaborar boletim informativo ou outro periódico bem como acompanhar a impressão, distribuição, seleção de textos de divulgação da entidade; V - elaborar cartazes, banners, outdoors, de eventos que promovam a entidade; VI - colaborar com a diretoria quando solicitado, elaborando relatório anual dos eventos e atividades da entidade; VII - representar a entidade na qualidade de porta-voz sob a orientação do presidente. § Único - Todos os saldos provenientes das fontes econômicas mencionadas, serão revertidos para a aumento de patrimônio da entidade ou para a fundo de reserva social e cultural, não se permitindo que sejam distribuídos, sob qualquer pretexto aos associados ou dirigentes, e pagamentos efetuados a terceiros por contratos de serviços técnico-profissionais prestados à entidade. Artigo 17 - DO CONSELHO FISCAL O Presidente nomeará a cada quatro anos, conjuntamente com a eleição ou nomeação da Diretoria e em Assembléia Geral Extraordinária um Conselho Fiscal, constituído no mínimo por três integrantes: Presidente, Relator e Membro, com as seguintes atribuições: I-Acompanhar a evolução financeira e o registro contábil; II - Examinar e dar parecer sobre os balanços e os balancetes periódicos ou relatórios financeiros, lançamentos de todas as contas e seus recolhimentos oficiais, oferecendo o competente parecer para apreciação da Assembléia Geral; III - Recomendar as medidas administrativas necessárias a manutenção do equilíbrio financeiro e aprovar as contas. CAPITULO IV REFORMA DO ESTATUTO NO TOCANTE À ADMINISTRAÇÃO ART. 120 III E ART. 46 -IV Artigo 18 - A REFORMA DO ESTATUTO PARA MUDANÇA NA ADMINISTRAÇÃO SERÁ POR ASSEMBLEIA A - O Estatuto poderá ser reformado por iniciativa do Presidente da Sede ou a requerimento e iniciativa de 1/5 dos seus associados para em dia e hora ser alterado e deverá obter apoio da maioria presente e assinatura final do Presidente. B - A reforma ou mudança da administração e feita em Assembleia Geral por ato de exoneração, vencimento de gestão ou nomeação através do Presidente. C -As alterações deste Estatuto não poderão eliminar o cargo de 15 anos do Presidente. O Estatuto será revisto periodicamente em Assembléia Extraordinária. CAPITULO V DA RESPONSABILIDADE DOS ASSOCIADOS ARTIGOS 46 - V. LEI 10.406/02 E 120 IV - LEI 6.015/73 Artigo 19- DA RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA E ASSOCIADOS A Diretoria e os associados não respondem individual, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas por qualquer da diretoria ou do corpo de associados. § 1º - Cada diretor

tem responsabilidade pessoal pelos seus atos individuais. § 2º - O direito personalíssimo de cada associado, Diretor ou outro, não se mistura com a pessoa jurídica e fica totalmente protegido e separado. § 3º - As Diretorias e os associados, individualmente, não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações, e não têm direito ao seu patrimônio e receita, bem como a Sede e Filiais não respondem por qualquer obrigação de seus associados. § 4º - As Diretorias e Administração ficam pessoalmente obrigadas e responsáveis pelos seus atos e, quando decidido em Assembléia todos ficam obrigados pelos resultados dos atos. § 5º - A Administração é exercida por toda diretoria e, quando votada pela Assembléia então exercida por todos votantes presentes. **CAPÍTULO VI AS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO E, DE EXTINÇÃO DA PESSOA JURIDICA E NESSE CASO O DESTINO DO SEU PATRIMÔNIO** ART. 120 - V, ART. 46 -VI E ART. 54-VI Artigo 20 - **CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO, DERROGAÇÃO OU REVOGAÇÃO** Deverá ser por convocação através de edital com antecedência mínima de 30 dias iniciado pelo Presidente e Diretoria, ou por 1/5 dos associados relacionados do livro próprio, em comunhão e quites com a tesouraria no mínimo por seis meses, e, no dia e hora devem estar presentes o mínimo de 1/5 dos diretores, e dos associados que provocaram a reunião e, em tudo deve conter a assinatura final do Presidente. Artigo 21 - **EXTINÇÃO E DESTINO DOS BENS REMANESCENTES** A ONG somente pode ser extinta em Assembléia Geral Extraordinária e quando não estiver cumprindo, reconhecidamente, as suas finalidades. O edital deve estar assinado pelo Presidente e com 30 dias de antecedência, e em tudo deve conter a assinatura final do Presidente. § 1º - Para essa Assembléia Geral Extraordinária deve estar presentes o mínimo de 1/5 dos associados relacionados do livro próprio, e quites com a tesouraria no mínimo por seis meses, ainda 1/5 dos diretores. § 2º - No caso de dissolução da entidade, por absoluta impossibilidade de continuar desenvolvendo suas finalidades, a Assembléia que a dissolver terá plenos poderes para, doar os bens remanescentes, com o aval do Presidente, depois que liquidar o passivo, à outras entidades do ramo ou a outra instituição caritativa. **SEÇÃO ÚNICA A FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE APROVAÇÃO DAS CONTAS** ART. 54-VII Artigo 22- **FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA** É por meio de decisões dos Presidentes, Assembléia, Diretoria, Conselho Fiscal e, auxiliado pelos Órgãos, Conselhos e Departamentos. Artigo 23 - **APROVAÇÃO DAS CONTAS** É pelo Conselho Fiscal, que reunirá tantas vezes quantas forem necessárias, para aprovar especialmente as contas de verbas públicas. **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS** Artigo 24- **HINO, BANDEIRA E LOGOMARCA** Serão criados no prazo de até 36 meses, depois de ouvidos os associados em consulta popular e audiência pública, os seus emblemas oficiais de identidade visual ou, imagem corporativa como: Bandeira, Hino e Logomarca. Artigo 25 - **LIVROS OFICIAIS** Manterá em sua secretaria 4 livros para movimentação diária: a) - Livro de Visitantes e Visitas; b) - Livro para rol de associados, com breve histórico e currículo social e familiar e, para registros dos diplomados como benfeitores e beneméritos; c) - Livro **CAIXA DIÁRIO** para registro de Subsídios Públicos, Doações e Mensalidades, com datas e valores das entradas, bem como registro de todas as despesas e saídas com respectivas notas fiscais ou recibos identificados; d) - Livro de **ATAS, ESTATUTO E DOCUMENTOS DIVERSOS**, registrado em cartório, com termo de abertura e termo de encerramento, sendo que a 1ª transcrição é da Ata de Fundação, Elaboração do Estatuto, Eleição e Posse da 1ª Diretoria e, a 2ª a transcrição é do próprio Estatuto, depois, alterações da diretoria e no estatuto etc. Artigo 26- **AVAIS E FIANÇAS** Não podem conceder avais ou fianças ou pedir tais favores a associados. As compras a prazo, cartão débito ou boleto os valores não podem ser superiores as entradas mensais e, não pode assumir quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades e, nem compromissos em longo prazo ou acima da previsão das entradas. Para cheques não pode usar limites especiais ou emitir pré-datado ou cartão crédito. Todos os bens devem ser gravados com cláusulas inalienáveis e impenhoráveis direto nas escrituras ou notas fiscais. Artigo 27- **CASOS OMISSOS E VIGÊNCIA**. Os casos omissos serão resolvidos com base no Código



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO
DE IMÓVEIS DE ALTOS / PI
JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA
TABELIÃO PÚBLICO
GONÇALA FERREIRA DA SILVA
TABELIA SUBSTITUTA

1º Ofício

Altos | PI
Registro de Imóveis
Serviço Notarial e Protesto
CNPJ: 07.217.573/0001-10

JB
1º OFÍCIO DE NOTAS

Considera-se justa causa: 1 - Desobedecer a artigo do Estatuto; 2 - Praticar conduta Antiética; 3 - Descumprir o Regimento; 4 - Praticar assassinato, furto, roubo, tráfico, vícios, pedofilia e outros crimes; 5 - Abandonar as reuniões; 6 - Ofensa à personalidade e dilapidação do patrimônio da entidade, e poderão responder por crime doloso ou culposos; § 3º - O direito de defesa: 1 - O Indiciado é intimado por Correio AR ou edital com período não inferior a 30 dias para a reunião com a Diretoria; 2 - O Indiciado terá um prazo de 30 minutos para se defender oralmente ou apresentar defesa por escrito e testemunhas e, se não comparecer, será julgado a revelia e tido como verdadeiros os fatos imputados; 3 - A instrução será transcrita em livro próprio com oitiva do acusado e do ofendido se for o caso, testemunhas e documentos de acusação e de defesa e, afinal proferida decisão absolvendo ou condenando e, as penas são de advertência, suspensão temporária de cargos, e exclusão do rol de associados. § 4º - Nenhuma pessoa poderá ser impedida de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser por decisão do Presidente, decisão da Diretoria ou da Assembléia.

CAPITULO II AS FONTES DE RECURSOS PARA SUA MANUTENÇÃO E PATRIMÔNIO


ART. 54- IV Artigo 9º - DAS RECEITAS A ONG sobreviverá com doações voluntárias, mensalidades de associados obreiros que patrocinam, bazares beneficentes com prendas, eventos e promoções de arrecadação, repasses públicos, estaduais, federais e livraria. Rendimentos de locação ou de juros bancários. Comissões oriundas de livros e cursos antidrogas e culturais. Podendo os diretores angariarem fundos e doações diversas em outras Comarcas ou estados e até do exterior. § Único - PATRIMÔNIO - São todos os bens da Sede e Filiais como imóveis, móveis, semoventes, instrumentos, veículos, caixa ou banco etc., casa assistencial, rádio, televisão, jornal, revista e gráfica, quais deverão serem gravados com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade nas escrituras, notas fiscais ou recibos, para não poder ser vendido ou penhorado em nenhuma hipótese. Também será exercida toda e qualquer prática agrícola em terrenos, que a entidade possuir, cujo produto deverá ser distribuído nos departamentos assistenciais ou vendido para reserva do fundo social e cultural da ONG.

CAPITULO III O MODO PELO QUAL SE ADMINISTRA E REPRESENTA A ONG, ATIVA E PASSIVAMENTE, JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE

ART. 120 II E ART. 46-III. Artigo 10 - DOS ADMINISTRADORES E REPRESENTANTES EM GERAL Será administrada e representada pela: Assembléia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal, e auxiliada pelos demais Conselhos, Órgãos e Departamentos. § 1º - Os principais Departamentos são: Edificações e Obras; Eventos e Comunicação; Rádio e Jornal; Mídia e Internet; Assistência Social; Jurídico; Escola Cultural; Jovens; Senhoras; Crianças e, Terceira Idade. § 2º - A administração dos negócios da ONG serão exercidas pelo Presidente que responderá ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Os bens particulares dos diretores não respondem pelos débitos e obrigações da ONG. § 3º - A Diretoria comporá de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, que exercerão suas funções de acordo com os deveres atribuídos a cada um, descritos nesse Estatuto e no Regimento Interno. § 4º - O Presidente tem cargo por prazo 20 anos, e os demais associados da Diretoria serão indicados por ele a cada quatro anos, bem como para os Conselhos, Órgãos e Departamentos. § 5º - Para a gerência dos negócios em geral, a Diretoria se reunirá sob a direção e orientação do Presidente.

Artigo 11 - AUSÊNCIA, IMPEDIMENTO OU MORTE DO PRESIDENTE Em caso de ausência ou impedimento do Presidente da Sede ou das Filiais, o Vice assume a posição e cargo em caráter temporário e, em caso de falecimento o Vice, a partir do óbito já assume a presidência pelo prazo de 15 anos e como primeiro ato é a nomeação de outro para ser seu Vice. § Único - Os diretores poderão ser representados por procuradores devidamente habilitados com procuração pública, fins específicos ou gerais.

SEÇÃO ÚNICA



O MODO DE CONSTITUIÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS ART. 54 V. Artigo 12- DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO. Os órgãos deliberativos são: I - Assembléia Geral; 2 - Diretoria; 3 - Assembléia Extraordinária e; 4 - Conselho Fiscal. § 1º - A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á por edital com antecedência de 30 dias e, dia e hora designados, e fica garantido a 1/5 do associados a direito de promovê-la com requerimento dirigido a Diretoria ou Presidente. § 2º - A entidade poderá remunerar, a critério da Assembléia Geral, os cargos que atuem efetivamente na gestão executiva da entidade (exceto as membros da diretoria) e aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação. Artigo 13- DA ASSEMBLEIA GERAL A Assembléia Geral é órgão soberano da instituição, constituída pelos associados fundadores e efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários, onde reunirá ordinária e anualmente na última semana de cada ano, para resolver assuntos diversos e fechamento do ano letivo e as suas decisões serão tomadas por voto da maioria dos associados presentes. Salvo reeleger diretoria, qual é por nomeação do presidente. § Único - Compete privativamente à Assembléia Geral: I- eleger a Conselho Fiscal, se antes não for indicado pelo presidente; II - destituir os administradores, exceto a presidente; III - apreciar recursos contra decisões da diretoria; IV - decidir sobre reformas do Estatuto; V - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; VI - decidir sobre a extinção da entidade; VII - aprovar ou desaprovar relatórios, balancetes e balanços, cuja convocação será feita de acordo com convocação prévia; VIII - aprovar as regimentos internos. Artigo 14- DA DIRETORIA O Presidente tem cargo por tempo de 20 anos e a cada quatro anos nomeia a Diretoria Administrativa composta de: Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, Diretor Social e Diretor de Relações Públicas para mandatos de quatro anos. § 1º - Nenhum componente da Diretoria poderá receber salários por quaisquer atividades sociais, administrativas ou burocráticas exercidas. Tudo deverá ser feito em caráter voluntário, filantrópico, humanitário e gratuito, nos termos da Lei nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998. § 2º - Os auxiliares que trabalham direto na obra e par tempo integral poderão receber sustento ou ajuda de custo pelas funções humanitárias com valores de acordo com as entradas, esforços, necessidades e dedicações despendidas na obra, mas sem vínculo empregatício e, todos devem ser autorizados pelo Presidente. § 3º - Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal serão nomeados pelo presidente ou a critério desse por eleição a cada quatro anos ou por aclamação dentre os sócios presentes, que estejam quites com a tesouraria, conforme este estatuto, por votação simbólica, podendo assim, eleger-se qualquer membro, cuja mandato haja terminado. A - Compete ao Presidente: I- representar a ONG ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar poderes a um ou mais procuradores; II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno; III - convocar e presidir a Assembléia Geral; IV - convocar as reuniões da Diretoria; V - contratar funcionários; VI - assinar em conjunto com o Tesoureiro os: cheques, ordens de pagamentos, balancetes ou balanços mensais, além de outros documentos que representem obrigações da entidade; VII - Assinar e receber com a tesoureiro, doações, subvenções, ou qualquer bem relativo de valor oriundo dos poderes públicos, empresas privadas ou pessoa físicas; VIII - Convocar e assinar com o secretário, as atas da Diretoria das Assembléias Geral e Extraordinária, além de outras correspondências da entidade; IX - Autorizar as despesas necessárias à manutenção da entidade; X - Abrir, rubricar e encerrar os livros da entidade e dar voto de desempate, quando necessário. B - Compete ao Vice-Presidente: - Auxiliar e substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, além de outras atribuições que lhe forem conferidas neste estatuto e regimento. C - Compete ao Secretário: I - Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia, lavrando as respectivas Atas; II - Preparar, assinar e expedir as correspondências a cargo da secretaria, em consonância com o Presidente; III - Organizar de acordo com a tesouraria, a escrituração geral do patrimônio da entidade e acumular as funções de vice-presidente, em caso de impedimento deste. D - Compete ao Tesoureiro: I - arrecadar as mensalidades devidas à entidade e contabilizar as



CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que revendo neste Cartório o livro de Registro Civil de Pessoas Jurídicas nº A-2, às folhas 085 a 087 v, sob nº 067, encontrei o seguinte: **LIVRO Nº A-2. REGISTRO Nº 066.** Registro de um Estatuto apresentado Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, do teor seguinte: **ESTATUTO SOCIAL DE FUNDAÇÃO DA ONG PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL. CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO.** Artigo 46-I, a 54-1, Lei 10.406/02 e 120-I, Lei 6.015/1973, CF e ONU. Art. 1º - DA NOMINAÇÃO. denominação ou razão social é PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, é o nome de fantasia é SOS RESGATE MANANCIAL e, doravante neste Estatuto denominada de ONG. É uma associação filantrópica e social, pessoa jurídica de direito privado, não econômica e sem fins lucrativos. Art. 2º - DA SEDE PROJETO RESGATE CHÁCARA MANANCIAL, terá sua sede mundial, matriz ou foro na localidade: Duvidosa s/n, Zona Rural, Município de Coivaras-PI - CEP. 64.335-000, Comarca de Altos-Pi. Cadastro do imóvel perante a Receita Federal nº NIRE: 7.918.204-6, e compõe-se de pessoas caridosas em geral. Podendo ter filiais e pontos de SOS e de estudos e conscientização em qualquer parte do território nacional ou outros países e todas estarão subordinadas a matriz. Observando que o local supra a comodato gratuito até conseguir sede própria, pagando apenas água, energia e manutenção. Artigo 3º - FINS A ONG passa existir para o fim específico de prestar Serviços de Obras Sociais SOS como: 1 - fundar, manter, administrar, assistir social, filantrópica, cultural, educacional e humanitariamente as pessoas carentes e prestar todo tipo de Ação Social (SOS com cestas básicas, sopas, campanha do agasalho, ações humanitárias e sociais, saúde preventiva e educativa e doação de remédios, reinserção social de excluídos, entretenimento, lazer, construção de casas populares para carentes e poços artesianos comunitários, exames, passagens, internamentos, etc.), internatos, externatos, creches, maternidades, asilos, casa para idosos e de recuperação de dependentes químicos; 2 - fundar, manter, administrar, conforme o disposto da Lei de diretrizes e bases de educação nacional e legislação posterior como: Escolas maternal, jardim da infância e de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes de qualquer natureza, para o desenvolvimento cultural e artístico, bem como ensino religioso; 3 - combater o crime, os vícios e a violência (ministrar palestras antidrogas com líderes habilitados no tema, combater o: aborto, DST. Apoiar a natureza e meio ambiente, amparar animais, crianças, mulheres e idosos; 4 - prestar assistência moral e de consolação nas entidades civis (hospitais, asilos, escolas etc.), e militares (bases, presídios etc.) de internação coletiva nos termos do artigo 5º, VII da CF. 5 - quando vier a ter clínica para dependentes, para consecução de suas finalidades, criarão instalações físicas diferenciadas de casa de recuperação de dependentes químicos, homens separados de mulheres, e de menores separados de adultos ou idosos. Para auxílio das execuções internas poderá contar com monitor auxiliar, líder e encarregado ou supervisor. § 1º - Em tudo obedecerá ao texto oficial da Resolução RDC ANVISA 101/01, aprovado em 30.05.2001 e publicado em Diário Oficial de 31.05.2001 e alterações posteriores. § 2º - Terá como parceiros e em tudo obedecerá as regras e determinações dos: Conselho Municipal Antidrogas e da Vigilância Sanitária ANVISA. § 3º - Seguirá um critério de tratamento com normas para admissão e demissão dos dependentes, direitos e deveres, obedecerá um tempo de permanência e rotinas programadas com a final graduação, manterá uma equipe de monitores inclusive com enfermeiros, psicólogos, assistentes e médicos e, infra-estrutura física e proposta de ambientes por setores de funcionamento e avaliação mensal dos tratamentos e serviços oferecidos. § 4º - Manterá especialmente o método da laborterapia e devocional e, todo interno que não quiser se sujeitar as ordens, disciplinas e regimentos serão advertidos em um dia e, se no outro dia continuar

G.D

desobedecendo será sumariamente convidado para se retirar do recinto. O interno não poderá sair ou se afastar sem autorização escrita dos monitores e sempre será acompanhado de alguém da diretoria e, enquanto não se completar o ciclo de tratamento e, para as saídas emergenciais ou de força major deverá ser documentalmente comprovado os motivos que poderá ser ou não deferido. § 5º - Todo tratamento de desintoxicação por meio de drogas lícitas oferecido só poderá acontecer se for receitado por médico habilitado. Os internos em crises de abstinências ou toxicômanos deverão ser acompanhados pelo médico especializado periodicamente. § 6º - O tratamento de desintoxicação por meio de trabalho físico em oficinas ou intelectual, higienização mental e ocupacional, estudos de reflexão psicológicas, conscientização, prevenção e educação para reinserção social, serão ministrados por monitores práticos e ex-usuários; terapeutas, psicólogos, escritores, educadores, assistentes sociais, médicos, policiais, Ministério Público, autoridades dos 3 poderes, religiosos, integrantes do Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária, Conselho Municipal Antidrogas e pessoas voluntárias de bem em geral. § 7º - Além das atividades principais como a casa de recuperação de dependentes químicos, homens separados de mulheres em locais diferentes, ainda para consecução de suas finalidades secundárias, poderá criar também instalações físicas diferenciadas e em locais separados para SOS, abrigo de idosos; creches para menores e, proteção à mulher violentada e outras. Artigo 4º **TEMPO DE DURAÇÃO** A ONG tem termo ou data inicial no dia da assinatura nesse Estatuto e do registro da Ata e do Estatuto de Fundação em Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas e, com duração indeterminada. § Único - A entidade poderá ter regimentos internos, aprovados pela Assembléia Geral, para disciplinar detalhes de seu funcionamento omissos nesse Estatuto. **SEÇÃO ÚNICA ADMISSÃO, DIREITOS E DEVERES, CATEGORIAS, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS** ARTIGOS 54 - II, III, 55 e 57. Artigo 5º - **ADMISSÃO** A ONG é constituída por número ilimitado de sócios, que serão admitidos através de proposta subscrita por qualquer sócio quite e no pleno gozo de seus direitos com a aprovação da Diretoria, e em Assembléia Geral, por decisão de 1/5 dos presentes, desde que seja pessoa maior, que se dedique em ajudar o próximo, idôneo, sem distinção de espécie humana, raça, posição social, crença ou filiação político-partidária. Artigo 6º - **DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS** A - São direitos dos associados: - Participar das atividades da ONG, tais como reuniões, eventos em geral e ação social; II - Receber assistência moral e social; III - Participar da Assembléia Geral, com direito ao uso da palavra e a exercício do voto, opinar e sugerir; IV - Ser nomeado para quaisquer cargos ou funções; V - Qualquer associado membro ou não da Diretoria da ONG, que se exonerar ou for exonerado do seu cargo ou função, não poderá exigir da ONG qualquer direito, pois seus serviços são de caráter social, prestados no espírito de filantropia e solidariedade, como também não cabendo reclamação de devolução de suas contribuições em qualquer época; VI - Receber carteirinha de identificação e de associado e, os diretores receber a devida credencial. B - São deveres dos associados: I - Manter conduta compatível com os princípios sociais, éticos e morais; II - Contribuir com mensalidades e doações, para que a ONG atinja seus objetivos e cumpra sua missão. III - Fazer visitas e trabalhos sociais e, apresentar convidados às reuniões; IV - Trabalhar na obra social ou filantrópica da ONG em tempo integral aos domingos e feriados e sem remuneração, quando solicitados. Artigo 7º - **CATEGORIA DOS ASSOCIADOS** Os integrantes se classificam em: 1 - associados e 2 - obreiros. § Único - Todo final de ano será realizado festividades com outorga de diplomas de honra ao mérito para homenagear associados e obreiros que patrocinaram ou desempenharam brilhantes trabalhos sociais em prol da entidade. Artigo 8º - **DISCIPLINA- DEMISSÃO E EXCLUSÃO** Os associados, indistintamente, estarão sujeitos às penalidades de advertência, suspensão e exclusão. § 1º - As disciplinas ou punições são: 1 - Advertência pode ser verbal ou escrita; 2 - Suspensão varia de 30 a 180 dias; 3 - Exclusão da pessoa de categoria de associado sem direito a: palavra, voto ou participar das Assembléias. a - Toda pessoa excluída poderá depois de um ano requerer reabilitação que será analisado e decidido pela Assembléia Geral e afinal pelo Presidente que defere ou não, ou se será recebido e restabelecido como associado. § 2º -



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO
DE IMÓVEIS DE ALTOS / PI
JOÃO BATISTA NUNES DE SOUSA
TABELIÃO PÚBLICO
GONÇALA FERREIRA DA SILVA
TABELIÃ SUBSTITUTA

1º Ofício

Altos | PI
Registro de Imóveis
Serviço Notarial e Protesto
CNPJ: 07.217.573/0001-10

JB
1º OFÍCIO DE NOTAS

Civil e outras leis da espécie, bom senso e prática do Presidente e dos demais associados da Diretoria. Este estatuto entra em vigor após a sua aprovação e competente registro. Encerrou com 27 artigos e, abaixo seguem assinaturas da diretoria fundadora, com local e data. O advogado Dr. Omar Silva da Costa OAB-MG.37.456 rubricou em todas as folhas e abaixo assinou. Coivaras - PI, 01 de Setembro de 2015 Presidente: Maria Quirina Batista de Oliveira Pedroso de Moraes, RG. 53.936.944-5 SSP e CPF. 183.288.143-15, brasileira, casada, cabeleireira, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP. 64.335-000; a) Maria Quirina B.O.P. de Moraes, Vice Presidente: Maria Rita Batista Abreu, RG. 914.629 SSP e CPF. 347.928.643-72, brasileira, casada, micro produtora, Duvidosa s/n, Zona Rural, PI - CEP. 64.335-000, a) Maria Rita Batista Abreu. Secretária: Liana Márcia Batista Abreu, RG. 2.371.411 SSP e CPF. 014.192.453-50, brasileiro, micro produtora, Duvidosas/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP 64.335-000, a) Liana Márcia Batista Abreu. Tesoureiro: Osmir Pedroso de Moraes, RG. 16.883.126-0 SSP e CPF. 063.735.878-35, brasileiro, casado, vigilante, Duvidosa s/n, Zona Rural, Coivaras - PI - CEP. 64.335-000. Advogado: Sr. Osmir Silva da Costa - OAB-MG 37.456, brasileiro, casado, RG. MG-1.161.087 SSPMG e CPF: 753.530.166-53. Av. 31 nº 2063, centro, Ituiutaba - MG., 38.300-000. Firmas reconhecidas neste cartório, no Segundo Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba-MG e no cartório do 2º Ofício desta Comarca. Era o que se continha em dito instrumento que bem e fielmente para aqui mandei digitar, conferi, me reporto e dou fé. Emolumentos: R\$ 49,01, Fermojupe R\$ 4,90, arquivamento R\$ 8,16, Fermojupe R\$ 0,82, selos R\$ 0,20. Emolumentos da certidão: R\$ 16,34, selo R\$ 0,10, Fermojupe R\$ 1,63. O referido é verdade e dou fé. Eu, Gonçala Ferreira da Silva (Gonçala Ferreira da Silva), Oficial do Registro Substituta, a conferi, subscrevo, dato e assino.

Altos, 06 de maio de 2016

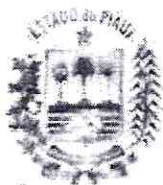
Gonçala Ferreira da Silva
Tabeliã Substituta

1º OFÍCIO DE NOTAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU ENENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE COIVARAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Raimundo Martins, 522 • Centro • Fones: (86) 3261-1131

CNPJ 41.522.335/0001-57 • CEP.: 64.335-000 • Coivaras – Piauí

E-mail: prefeituradecoivaras@hotmail.com

ALVARÁ

DE FUNCIONAMENTO E/OU LOCALIZAÇÃO

Nome ou Razão Social: PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL
CNPJ ou CPF: 25.408.135/0001-11
Nome de Fantasia: SOS RESGATE MANANCIAL
Endereço: COM DUVIDOSA Nº S/N
Bairro: ZONA RURAL Município: COIVARAS - PI CEP: 64.335-000
Telefone: (86) 3262 2489 Grau de Risco: ☒ BAIXO ☐ MÉDIO ☐ ALTO
Proprietário / Responsável: O MESMO Porte da Empresa: MEI ☐ ME ☒ EPP ☐ INF ☐
Funciona em Residência: ☐ SIM ☒ NÃO
Área desprovida de regulação fundiária ☒ SIM ☐ NÃO
Atividades (Cnae – Fiscal e descrição)

Código da Atividade	Descrição da Atividade
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais;
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente.

DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, O ESTABELECIMENTO ACIMA ESTÁ AUTORIZADO/A A FUNCIONAR NO ENDEREÇO MENCIONADO.

Local e Data de Expedição	Validade
Coivaras – PI, 25 de fevereiro de 2022	24 de fevereiro de 2023

Ferdinan Soares Freitas
Secretário Municipal de Administração

Ferdinan Soares Freitas
Secretaria Munic. de Adm.
CPF: 412.545.623-20
Portaria: Nº 001/2021

ESTE ALVARÁ DEVER SER COLOCADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PROJETO RESGATE CHACARA MANANCIAL
CNPJ: 25.408.135/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:10:27 do dia 29/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/10/2022.

Código de controle da certidão: **B6DB.EF70.BA30.5E0C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DE SÃO PAULO		REGISTRO GERAL	53.936.944-5
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		DATA DE EXPIRAÇÃO	22/DEZ/2009
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MORAL DO QUINTELO DA CIDADE		NOME	MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS
PROIBIDO PLASTIFICAR		FILIAÇÃO	RAIMUNDO JOSE DE OLIVEIRA NETO
8000-2		E	FLORENCIA VIANA BATISTA DE OLIVEIRA
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	29/AGO/1958
ALTOS -PI		DOC. ORDEM	SÃO CAETANO DO SUL-SP
SINOPSE			SÃO CAETANO DO SUL
CC:LV.B112/FLS.0115/N.030162			
183288143/15			
PIS 10876733698			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			

Maria Quirina B.O.P. de Moraes

CARTEIRA DE IDENTIDADE

equatorial
ENERGIA

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Av. Maranhão, 759 - Centro/Sul - Teresina/PI
CNPJ: 06.840.748/0001-99 - IE: 19.301.383-5
Regime Especial de Impedimento Autêntico pela SEFAZ 06/98
NF/Fatura de Energia Elétrica / Série B-1

Para contato
com o nosso
atendimento,
ligue este número.

Nº da Nota Fiscal

73356335

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

Conta do Mês

MAR/2022

Vencimento

01/04/2022

Consumo (kWh)

103

Total a Pagar (R\$)

54,35

MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE MORAIS

LC DUVIDOSA S/N - B-RURAL R

CPF: 43.288.***-**

CEP: 64.335-000 - COIVARAS

R: 117.363.17.12.006200

Dados de Faturação	Dados de Consumo
Atual: 6388	Atual: 24/03/2022
Anterior: 6285	Anterior: 22/02/2022
Constante de Multiplicação: 1,000	Próxima Leitura: 25/04/2022
Consumo Medido: 103	Ger. Arquivo: 22/03/2022
Consumo Faturado: 103	Apresentação: 24/03/2022
	Dias de Consumo: 30

Forma de Faturamento: NORMAL

Código de Irregularidade:

Classe/Subclasse	Ligação	Numero Medidor	Poste	Código Fat	Medida 12 meses
RESID. BX. RENDA MONO		A1488883		1.4.1.1	105

Mês/ano consumo	CONSUMO	Descrição da Conta	
FEV/22 87		30 A R\$ 0,270412 =	8,11
JAN/22 96		70 A R\$ 0,463574 =	32,45
DEZ/21 101		3 A R\$ 0,695369 =	2,08
NOV/21 96		CONTR. ILLUM. PUB. MUNICIPAL (COSP)	1,94
OCT/21 124		DIF. P/ BASE CALCULO TRIBUTOS	36,94
SET/21 108		SUBVENCAO BAIXA RENDA	28,03
AGO/21 110		MULTA POR ATRASO 02/22-00	0,85
JUL/21 111		JUROS POR ATRASO 02/22-00	0,01
JUN/21 106			
MAT/21 102			

TARIFA SET TRIBUTOS:
30 A 0,270412 = 8,11
70 A 0,463574 = 32,45
3 A 0,695369 = 2,08

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 086 0300 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25
Parabéns! Até o dia 22/03/2022, não constatamos faturas venci-
das nessa Unidade Consumidora.

Reservado ao Fisco

2C1C.D8A1.A13F.B07B.54A5.C3FB.0CBC.CB13

Composição da Conta	Impostos e Taxas
Distribuição: 16,17	Base de Cálculo: 79,58 62,07
Energia: 33,55	Alíquota ICMS: 22,00%
Transmissão: 4,12	Valor do ICMS: 17,50
Encargos: 6,55	Valor do PIS: 0,48%
Tributação: 19,19	Valor do CONFINS: 2,24%

Indicadores de Continuidade	DVC	PEC	DMC	CCB
Atividade	0,00	0,00	0,00	
Qualidade	0,28	0,08	0,00	
Tempo				
Condição	ALTOS			
Mês ref.	01/2022	USO	0,00	

PARA PAGAR VIA PIX, UTILIZE
O QR CODE ABAIXO



117.363.17.12.006200 02/2022 0-5-170001



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

183.288.143-15

Nome

MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO DE

MORAIS

29/08/1958



REAL SERIAR

Cartão de identificação intradeficiente
Devo ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão
DEZ/2009





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MARIA QUIRINA BATISTA DE OLIVEIRA PEDROSO
DE MORAIS

DATA DE NASCIMENTO

29/08/1958

INSCRIÇÃO

095011260191

ZONA

032

SEÇÃO

0084

MUNICÍPIO / UF

COIVARAS / PI

DATA DE EMISSÃO

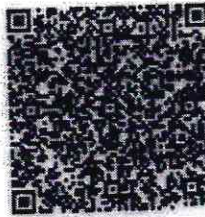
04/03/2020

FILIAÇÃO

FLORÊNCIA VIANA BATISTA DE OLIVEIRA
RAIMUNDO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

80TL.8/WW.5NMF.DDD1



Título Eleitoral emitido às 09:17 de
04/03/2020 com identificação biométrica.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do
Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: www.tse.jus.br
por meio do código de validação ou QR Code